



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA

MAÍNE RODRIGUES DE ALMEIDA

BOEMIA X PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO:  
a influência da boemia no bairro do Rio Vermelho

Salvador  
2012

MAÍNE RODRIGUES DE ALMEIDA

BOEMIA X PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO:  
a influência da boemia no bairro do Rio Vermelho

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Departamento de Ciências Humanas da UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Rosana Reis

Salvador

2012

# **MAÍNE RODRIGUES DE ALMEIDA**

## **BOEMIA X PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: A influência da boemia no bairro do Rio Vermelho**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Departamento de Ciências Humanas da UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Rosana Reis

Aprovada em 26 de Março de 2012.

---

Prof<sup>ª</sup>. Natália da Silva Coimbra de Sá  
Doutora em Cultura e Sociedade – UFBA

---

Prof<sup>ª</sup>. Rosana Santana dos Reis  
Especialista em Administração Hoteleira – UFBA

---

Prof. Tadeu Bello  
Especialista em Turismo – FACTUR

Salvador

2012

*Dedico este trabalho à minha família,  
meus amigos e meus colegas de classe e de profissão  
por terem feito parte de toda minha trajetória.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à Deus, pela dádiva da vida e por me manter forte ao longo dessa caminhada.

Aos meus pais, Célia Maria e Leopoldo pelo apoio constante e amor incondicional. Aos meus avós e, em especial, a minha avó Moura, que fez de tudo para que eu pudesse estudar. E a minha irmã, por ter dado apoio e acreditado que eu chegaria onde estou.

Aos meus amigos, agradeço pelo apoio, incentivo e pela paciência nos momentos mais difíceis, pela compreensão por meu ausentar e por aguentarem minhas crises de mau humor e desânimo.

Àqueles que, assim como eu, viveram todas as angústias, desesperos, sonhos e perseverança, meus colegas de profissão, agradeço pelo companheirismo.

E claro, à Mestra que me ajudou a chegar até aqui, em especial Professora Rosana Reis por ter lutado sempre pela nossa turma, por ter acreditado em mim e no meu trabalho. A sua ajuda foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

“... boemia, sabendo que andei distante,  
Sei que essa gente falante vai agora ironizar.  
Ele voltou! O boêmio voltou novamente”.

(Nelson Gonçalves)

## **RESUMO**

O presente trabalho procura mostrar que a boemia, como é tida hoje, pode interferir na valorização do patrimônio arquitetônico no bairro do Rio Vermelho em Salvador. Ao mesmo tempo, a pesquisa vem pontuar outra vertente, que seria a valorização do bairro diante a especulação comercial que acaba por conservar estes mesmos patrimônios. Assim, pretende-se esclarecer a importância dessas edificações como mantenedoras de uma identidade, demonstrando que as construções podem passar a ter papel importante frente aos frequentadores do Rio Vermelho.

Palavras-chave: Boemia. Patrimônio Arquitetônico.

## **ABSTRACT**

The present work shows that the bohemian, as is seen today, may interfere with the appreciation of the architectural heritage in the neighborhood of Rio Vermelho in Salvador. At the same time, research has another scoring areas would receive the appreciation of the commercial district on speculation that ultimately keep these same heritage. This way, the intention is to clarify the importance of these buildings as keepers of an identity, demonstrating that buildings can have an important role over the front of the visitors of the Red River.

Keywords: Bohemian, Architectural Heritage.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Morro do Conselho nos anos 40 e em 2005 Pág.29

Fotografia 2 – Homenagem a Iemanjá Pág.32

Fotografia 3 – Dia 2 de fevereiro tem festa no mar Pág.33

Fotografia 4 – Rua Eurícles (Eurycles) de Matos em 1960 e 2004 Pág.34

Fotografia 5 – Rua Odilon Santos, antiga Rua direita da Mariquita em 1960 e em 2004 Pág.34

Fotografia 6 – Palacete Odilon Santos na década de 30 e em 2011 Pág.35

Fotografia 7 – Casa Residencial na Praça Colombo (mais conhecida como a Casa Rosa) na década de 30 e em 2011 Pág.36

Fotografia 8 – Palacete Alfredo Magalhães, destruído para dar lugar ao Cine Maria Bethânia Pág.37

Fotografia – 9 Igreja de Santana a antiga e a nova sede Pág.38

Fotografia – A atendente do serviço social prestado na antiga sede da Igreja de Santana Pág.38

Fotografia 11 – Estabelecimentos comerciais que ficam próximos a Igreja de Santana Pág.39

Fotografia 12 – Estabelecimento comercial na Praça Colombo Pág.40

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem Pág.43

Gráfico 2 – Categoria Pág.44

Gráfico 3 – Faixa etária Pág.44

Gráfico 4 – Escolaridade Pág.45

Gráfico 5 – Faixa de renda Pág.45

Gráfico 6 – Imagem que mais se associa ao bairro do Rio Vermelho Pág.46

Gráfico 7 – Frequentadores que consideram o Rio Vermelho um bairro boêmio Pág.46

Gráfico 8 – De que forma o uso do Rio Vermelho pela boemia influencia no patrimônio arquitetônico do bairro Pág.47

Gráfico 9 – Percepção dos frequentadores quanto aos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho Pág.47

Gráfico 10 – A função de conservar os patrimônios arquitetônicos é de quem? Pág.48

Gráfico 11 – Qual atrativo que mais chama atenção no Rio Vermelho? Pág.48

Gráfico 12 – Qual dessas palavras define melhor o Rio Vermelho Pág.49

Gráfico 13 – Frequência com que visita o Rio Vermelho Pág.49

Gráfico 14 – Por que frequenta o Rio Vermelho? Pág.50

Gráfico 15 – Quando se pensa no Rio Vermelho, qual o primeiro local que lhe vem à cabeça Pág.50

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO</b> .....	15
2.1 Turismo.....	15
2.2 Turismo Cultural.....	16
2.3 Patrimônio Arquitetônico.....	19
2.4 Políticas Públicas.....	21
2.5 Boemia.....	24
<b>3. O BAIRRO DO RIO VERMELHO</b> .....	26
3.1 Histórico da cidade de Salvador.....	26
3.2 Histórico do bairro do Rio Vermelho.....	29
3.3 Patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho.....	33
3.4 Influência da boemia na valorização do patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho.....	39
<b>4. PESQUISA DE CAMPO</b> .....	42
4.1 Questionários aplicados aos frequentadores do Rio Vermelho.....	42
4.2 Análise dos questionários aplicados com os frequentadores do Rio Vermelho.....	51
4.3 A percepção da Associação de Moradores do Rio Vermelho.....	53
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
<b>APÊNDICE A</b> – Questionário aplicado com os frequentadores do bairro do Rio Vermelho.....	63
<b>APÊNDICE B</b> – A percepção da Associação de moradores do Rio Vermelho.....	64
<b>APÊNDICE C</b> – Carta de homologação para banca.....	65

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade de Salvador tem em si uma carga cultural que se perfaz por diversos grupos da sociedade. Tanto é que a capital baiana é um dos pólos turísticos mais procurados por turistas nacionais e estrangeiros, além de ser reconhecida pela UNESCO - *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* como Patrimônio Histórico da Humanidade. Assim, Salvador incorpora considerável número de edificações com características peculiares que a faz conhecida em todo mundo.

Todavia, é válido ressaltar que não só suas edificações contribuíram para levar o nome de Salvador para outros pontos do mundo, como também, seu patrimônio intangível, sua culinária, dança, dentre outros. No entanto, são seus casarões, prédios, igrejas, todo esse conjunto de obras que a faz ser conhecida em qualquer parte do mundo como sendo Patrimônio Cultural da Humanidade.

A atribuição de valor histórico dada aos patrimônios arquitetônicos de Salvador desperta nos visitantes o desejo de conhecer a cidade e sua riqueza patrimonial, viabilizando dessa forma a atividade turística e a economia soteropolitana. E é nesse contexto de valor histórico patrimonial que o bairro do Rio Vermelho se insere, como sendo um lugar de relevância arquitetônica em Salvador, fazendo surgir assim, a necessidade de se saber mais sobre suas construções arquitetônicas.

Diante disso, foi desenvolvida nesse trabalho uma análise da interferência da boemia sobre o patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho em Salvador.

Essa pesquisa se estabeleceu em decorrência do interesse sobre os patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho como sendo protagonistas da história da sociedade que ali se instituiu, e não como coadjuvantes de um processo intensificado pela vida noturna do local, além do papel das políticas públicas no que diz respeito à sua contribuição para a proteção dos mesmos.

Ao que se refere à justificativa do tema, este desponta demonstrando a relevância do entendimento de patrimônio arquitetônico como sendo uma construção do seu tempo passado, um legado visível da perpetuidade do pensamento de uma dada sociedade, refletindo seu comportamento econômico, político e social. Por isso, torna-se uma das formas de expressão mais palpável de uma história, que contribui para uma identificação coletiva e de respeito mútuo ao legado edificado,

além de favorecer reflexões sobre o contexto que se observa hoje no bairro que, de local de pescadores e de veranistas, passou a ser um espaço de intensa vida noturna, não só no que diz respeito aos turistas que visitam a capital baiana, mas também dos próprios soteropolitanos.

A realização de tal pesquisa contribuiu no incremento dos conteúdos para as áreas do conhecimento como, turismo, urbanismo, história, administração e patrimônio histórico, favorecendo professores, pesquisadores, estudantes, enfim, a sociedade como um todo, através de novos dados que contribuirão para uma reflexão mais profunda sobre a questão do patrimônio arquitetônico.

Vale ressaltar que o estudo irá elucidar para população que o patrimônio arquitetônico precisa ser visto não só no sentido restrito da palavra, mas sim, como uma ferramenta que pode ser utilizada para o usufruto da sociedade em termos culturais e sociais, de forma a interligar o passado com o presente, permitindo de tal maneira, que as construções arquitetônicas resistam ao tempo não só porque há motivos comerciais para mantê-las de pé, mas, pelo simples fato, dos cidadãos saberem seu real significado.

Desta forma, o estudo não se coloca como premissa única e verdadeira acerca do tema proposto, mas como uma vertente a ser analisada e discutida, demonstrando pontos de vista que foram respaldados por leituras e reflexões críticas que levaram a tais pontos.

Portanto, o motivo do estudo desse tema é: Em que medida a boemia interfere na valorização do patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho em Salvador e no turismo?

A hipótese para tal problema, seria o valor que foi agregado ao bairro do Rio Vermelho como sendo boêmio, pode ter influenciado o surgimento de uma percepção avulsa dos patrimônios arquitetônicos existentes nessa região, deixando-os em via de regra, como molduras para o local aprazível que o bairro se tornou, e isso pode se dever ao fato do bairro ter sido no passado um local de veraneio das famílias ricas de Salvador, e que mais tarde, com o crescimento da cidade, o Rio Vermelho passou a ser frequentado por outras classes sociais e mais a frente por figuras conhecidas do povo baiano, como o escritor Jorge Amado e sua esposa.

O principal objetivo desse trabalho é analisar a influência da boemia sobre o patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são:

- a) definir patrimônio arquitetônico e sua relação com o turismo;
- b) conceituar políticas públicas e associar a preservação do patrimônio arquitetônico;
- c) apresentar conceitos de boêmia; contextualizar a história de Salvador com a do bairro do Rio Vermelho;
- d) Apresentar o patrimônio arquitetônico do Rio Vermelho e analisar a relação do frequentador com o mesmo.

A pesquisa realizada é a qualitativa. Segundo Neves (1996), o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa supõe uma abordagem temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador que analisa, critica e interpreta os dados obtidos com a indagação.

Para a elaboração desse trabalho, definiu-se para o levantamento dos dados as pesquisas exploratória e bibliográfica, e a documental. A fonte documental, englobando todo material iconográfico, fotográfico, além dos arquivos encontrados na biblioteca do Rio Vermelho, Juracy Magalhães, e em documentos disponíveis na internet, na imprensa escrita e em teses.

A parte bibliográfica foi efetuada com a exploração da bibliografia publicada acerca do tema e do objeto estudado, nas bibliotecas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Centro Universitário da Bahia (FIB), Faculdades Integradas Olga Mettig (Factor), nas bibliotecas públicas como a Biblioteca Central de Salvador, além de instituições como o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Fundação Gregório de Matos (FGM). O desenvolvimento da pesquisa exploratória ajudou na familiaridade do problema, tornando o desenvolvimento da hipótese mais fácil de ser aplicada.

Para a construção deste trabalho, foram empregados alguns instrumentos de pesquisa de campo para a coleta de dados como: aplicação de questionários junto aos frequentadores do Rio Vermelho. Fora isto, também foi necessário o uso do método de observação de campo.

Sobre o tratamento dos dados coletados, sejam eles oriundos de informações bibliográficas ou de campo, foi efetuada uma interpretação e análise destes para então atingir o objetivo desta pesquisa. As informações coletadas pelo

questionário encontram-se em forma de gráfico para melhor visualização de seus resultados.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro equivale a uma breve introdução, em que é apresentado o tema, as razões que levaram à escolha do tema, os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, a estrutura do texto (organização e divisão dos capítulos) e outros.

O segundo compreende a abordagem sobre Turismo; Turismo Cultural; Patrimônio Arquitetônico; conceitos e teorias sobre Políticas Públicas; Boemia, sendo que estão dispostas visões de autores como Badaró (2004), Barreto (2000), dentre outros para o entendimento de termos usados nesse estudo.

O terceiro capítulo aborda o histórico da cidade de Salvador, histórico do bairro do Rio Vermelho; o patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho; a influência da boêmia na valorização do patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho.

O quarto capítulo traz informações coletadas em campo, abordando a etapa da observação e a interpretação dos questionários, seguida da análise dos resultados da pesquisa.

Para finalizar, tem-se a conclusão com reflexões ligadas a questão do patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho no que diz respeito a boemia existente no local, sempre relacionando a parte teórica fundamentada no início da pesquisa com os dados obtidos na pesquisa em campo, como forma de se chegar à resposta do problema e alcançar os objetivos determinados.

## 2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E TURISMO

Este capítulo aborda as questões referentes ao turismo, turismo cultural, patrimônio cultural, boemia e políticas públicas, a fim de esclarecer definições, conceitos ou qualquer tipo de denominação dada a tais temas.

### 2.1 TURISMO

A história do turismo está entrelaçada aos acontecimentos sócio-político-culturais da humanidade. Assim sendo, a importância da atividade turística se perfaz desde seus primórdios, quando ainda não se via nesse fenômeno meios de se lucrar economicamente.

Partindo dessa premissa, faz-se necessário conhecer os conceitos dados ao turismo e os caminhos que levaram ao desenvolvimento do mesmo. Segundo Oliveira (2002), denomina-se turismo o conjunto de resultados de cunho econômico, financeiro, político, social e cultural gerados numa localidade, provindos do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Portanto, o turismo agrega a multiplicidade cultural, política, social de um local, não se restringindo somente as questões referentes à economia gerada pela atividade. Envolve a troca de conhecimento entre o morador e o visitante no período em que a visita se estabelece. Assim, Dutra (2003) afirma que o turismo é o deslocamento de pessoas, um fenômeno social, econômico e cultural que envolve indivíduos. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas. Apesar de que esta última pode ser a razão de tal movimento, o turismo ultrapassa as esferas das relações da balança comercial.

Evidencia-se que o turismo vai além de questões meramente econômicas, abrange elementos sociais e culturais não só de quem faz a visita aos locais turísticos, mas também dos moradores dos lugares visitados tornando-se, desta forma, uma relação de troca mútua de conhecimento.

Esclarecidas algumas conceituações, faz-se necessário conhecer a história do turismo visto o desenvolvimento dessa atividade ao longo dos tempos. Por isso, torna-se relevante discorrer sobre a origem desse fenômeno, que, segundo

alguns autores, se deu no século VIII a.C., na Grécia, quando pessoas viajavam para ver os jogos olímpicos que eram realizados a cada quatro anos. Há registros também, de peregrinações feitas por cristãos para Roma. Um pouco mais a frente, na segunda metade do século XV e todo o século XVI

é marcado pelo considerável aumento das viagens particulares. Essas viagens visavam suprir a falta de comunicação que ainda era predominante, mesmo com o advento do livro, que ainda não possuía circulação maciça. Ao mesmo tempo essas viagens tinham por cunho o acúmulo de conhecimento, cultura, línguas e aventuras. (BOYER, (?), p.6 apud BADARÓ (2004)).

Nesse mesmo período, entre o século XV e XVI, começava a despontar a preocupação em se conhecer outras regiões, em entrar em contato com diferentes culturas, saber um pouco mais sobre outros povos. Esse desejo no acúmulo de conhecimento vai até o século XVIII, quando jovens da aristocracia inglesa viajavam com seus tutores por seis meses a dois anos pelo continente europeu. Essas viagens serviam para formar os jovens nobres, ganhando assim, um distanciamento cultural das outras classes.

No século XIX surge o conceito formal de turista e outros focos para o seu desenvolvimento. Assim, em 1841 é organizada na Inglaterra uma excursão coletiva por Thomas Cook, primeiro de forma filantrópica e, mais tarde, com a venda de pacotes, revelando ao turismo seu aspecto comercial. Já o início do século XX foi marcado pela primeira guerra mundial que veio a frear o turismo em todo o mundo. (BADARÓ, (?), p. 11).

Nos dias atuais, século XXI, o turismo movimenta vários setores da economia, gerando emprego e renda nos locais em que a atividade é bem desenvolvida, criando condições favoráveis ao relacionamento entre povos distintos, beneficiando a todos num aprendizado coletivo e respeito às diferentes culturas.

## 2.2. TURISMO CULTURAL

Conhecer culturas e povos diferentes é algo comum hoje em dia, no entanto, nem sempre foi assim. As viagens eram feitas por motivos de saúde, para se acompanhar jogos olímpicos no século VIII a.C ou, para os nobres, como

incremento aos estudos no século XVIII. No entanto, a prática de se saber sobre povos e culturas variadas, ao longo dos tempos, ganhou significados distintos.

Diante disso, torna-se importante esclarecer a denominação de turismo cultural, que segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, (?)) compreende as atividades turísticas relacionadas à experiência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

A intenção de vivenciar o patrimônio histórico *in loco*, através da prática do turismo cultural, incentiva o visitante a preservar a integridade dos mesmos. Sendo assim, é interessante entender também a definição de patrimônio histórico e cultural que conforme o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (?) apud Santos<sup>1</sup> (2007) compreende a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá indício de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras mais simples, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação histórica.

Sabe-se, então, que a experiência de adquirir cultura visitando outros lugares acaba-se por angariar conhecimento e, além de tudo, de passar a respeitar a história do outro. A produção do legado material, que é o caso desse estudo, passa a ser conhecida em qualquer parte do mundo pelas peculiaridades de suas construções arquitetônicas, pois

o turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1976, p.(?)).

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na Revista eletrônica – Patrimônio: Lazer & Turismo, pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), por Mariana Cuencas Santos, mestrado em administração, 2007.

No entanto, é preciso que fique claro que o patrimônio histórico além de contribuir ao conhecimento cultural do local visitado, enriquece economicamente a atividade turística nessa região. Todavia,

o turismo deve ser concebido de forma a preservar e reconfigurar os bens culturais, importantes para a memória, enquanto elementos do legado cultural de um povo, evitando os danos causados pelo turismo invasivo e sem planejamento, que podem ser irreversíveis, minando por completo a identidade cultural do povo receptor. (SILVA, 2005, p.41).

Por conseguinte, se analisarmos o turismo cultural como fonte de preservação desses bens materiais comuns na identificação de determinado povo, evidencia-se a relevância dos patrimônios culturais, pois,

uma vez que o patrimônio cultural é compreendido como o espaço natural no qual se estabelece o diálogo, entre a sociedade atual e a do passado, ao redor dos símbolos e das representações, o turismo não poderá apropriar-se deste patrimônio à luz de seu interesse próprio. Para tanto, primeiramente deve ser estabelecida uma forte ligação entre a sociedade e o bem cultural, ao se observar o tipo de relação construída entre o patrimônio e seus “donos”, ou seja, os moradores locais. (GOMES, 2007, p.2).

Assim, além de contribuir financeiramente para o local visitado e na aquisição de conhecimento do indivíduo que mora ou visita o patrimônio arquitetônico, “o turismo cultural pode ser um importante aliado na preservação e na manutenção da memória viva de manifestações culturais materiais e imateriais” (RIBEIRO; SANTOS, 2008, p.9).

Logo, essa prática de turismo, contribui no auxílio à conservação destas edificações, levando-as a reavivar a história tangível de uma determinada sociedade, sem que a mesma venha a se perder diante a modernização da conjuntura urbana, pois, “o turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos” (RODRIGUES, 2002, p.15).

Deste modo, o turismo cultural abrange uma gama de locais que podem ser inseridos no roteiro da prática turística não deixando somente as questões referentes ao patrimônio intangível como forma de turismo cultural, como também,

os patrimônios arquitetônicos, pois os mesmos patrimônios tornam-se representativos de determinada cultura.

### 2.3. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Tomando por base o subcapítulo anterior, no qual se definiu patrimônio histórico e cultural, se observou a necessidade de conhecer as conceituações referentes a patrimônio arquitetônico, como também a origem da palavra patrimônio, esta deriva

[...] da palavra *pater*, que significa pai ou paterno. O patrimônio, representava, como ainda representa, os bens de herança que são transmitidos aos filhos. Ao longo dos tempos o significado do termo patrimônio estendeu-se aos bens de determinados grupos sociais, que eram passados para as gerações futuras como forma de transmitir seus conhecimentos e seu poder de dominação [...] (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p.3).

Percebe-se que a palavra patrimônio coloca-se como legado, identificação de algo deixado por outrem que teria um valor simbólico e que demarca determinado tempo e espaço.

Deste modo, o conceito de patrimônio

[...] relaciona-se ao de Estado-Nação, uma abstração ideológica, que, como seus valores simbólicos, o definem como referência material de uma história, coisificando, nos testemunhos de patrimônio, móveis e imóveis, a sua necessidade de criar uma forma de contemplar como, por exemplo, a visita e a elaboração de um aparelho jurídico-administrativo que proporciona a manutenção, a segurança [...] (CÉSAR; STIGLIANO, 2006, p.2).

Portanto, compreende-se patrimônio como sendo a salvaguarda da história de uma sociedade o que a identifica no meio de tantas outras e a põe como parte da construção ideológica de um grupo na tentativa de demonstração de poder ou riqueza, não deixando o patrimônio como forma de contemplação meramente estética, mas sim, de análise social.

Diante disso, “o campo do patrimônio pressupõe atribuições de significados a determinados bens. Envolve concepções que mudam com o tempo, com os valores da sociedade. Relaciona-se com os conceitos de identidade,

modernidade e nacionalidade” (MEIRA, 2006, p.1), exercitando dessa forma a lembrança dos caminhos tomados por uma sociedade em determinada época.

Por esse motivo, o passado ressurgue no presente como manifestação da memória que é, portanto, “um elemento constitutivo da identidade, tanto coletiva quanto individual, e elemento importante para o reconhecimento e a valorização de indivíduos ou grupos, agindo para reforçar sua auto-estima”. (MURTA; ALBANO, 2002, p.125).

Partindo da premissa que a memória é uma representação da inserção de um indivíduo em um contexto social, fica claro que ela está intimamente ligada à construção ou reconstrução de identidades. Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p. 38).

Logo, a identidade se baseia na aquisição da identificação feita por um coletivo, na valorização daquilo que o indivíduo conhece como sendo pertencente à sua nação. De tal maneira, o reconhecimento do patrimônio só é feito quando se sabe de sua história, de seus significados, o que realmente vem a ser tais edificações, portanto,

poderíamos dizer que as edificações são como livros que contam histórias, porém, enquanto nos livros são as palavras que nos trazem significados, nos edifícios são as formas, os materiais, os contextos espaciais que podem nos dizer muitas coisas acerca de um determinado povo e um determinado lugar. (GALEFFI, ano (?) p.3).

O patrimônio se mostra como um aprendizado acumulado. Seria uma referência do passado, imagem viva da história que, na visão de quem o construiu, merecia destaque diante de outros fatos ocorridos, seria o que a imagem consegue transmitir através dos tempos e no que isso pode atentar para uma confirmação das glórias ou derrotas obtidas de um povo ou até mesmo ao que ela entende como sendo de grande relevância e, por tal titulação, merece destaque, portanto,

o patrimônio assim transformado em monumento passou a ser considerado mediador entre passado e presente, uma âncora capaz de dar uma sensação de continuidade em relação a um passado nacional, de ser um referencial capaz de permitir a identificação com uma nação. (BARRETO, 2000, p.10).

Em vista disso, a referência histórica tida no monumento através de sua materialidade o coloca como sendo um discurso sobre o passado, uma porta de entrada sempre aberta para a história.

Para um esclarecimento maior, faz-se necessário definir monumento, que segundo Choay (2001, p.17)

...o sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir, lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa....Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

E é essa mediação feita pelos patrimônios arquitetônicos - que neste trabalho monográfico se atém aos casarões, sobrados, palacetes e à Igreja de Sant’Ana do Rio Vermelho - entre passado e presente, que os tornam merecedores de proteção e atenção não só da população local, como também, das políticas públicas voltadas para seu resguardo.

## 2.4 CONCEITOS E TEORIAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

A associação dos pensamentos sobre turismo cultural e patrimônio arquitetônico com políticas públicas reforça o ato de se conhecer e de se questionar os fatos oriundos das questões patrimoniais. Por conseguinte, as políticas públicas manifestam-se como construtoras de proteção de bens coletivos de interesse de uma nação. Seu entendimento pode ser feito através do seguinte pensamento:

as políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que, nestes casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade. (SANT’ANNA (?) apud MEIRA, 2005, p.3).

No entanto parece ter um viés de quais patrimônios arquitetônicos irão merecer proteção.

[...] essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis. Determinar o que é digno de preservação é uma

decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir. Se há um patrimônio reconhecido pelos vencedores, há, ou houve, um patrimônio dos vencidos [...] (BARRETO, 2000, p.13).

Dentro dessa esfera, as principais instituições ligadas à preservação patrimonial brasileira são: a United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) de abrangência internacional; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de abrangência nacional e o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), de abrangência estadual. Estas, por se diferenciarem pelo poder da sua abrangência possuem conceitos e características específicas de patrimônio, mas que são baseadas em definições comuns.

Por conseguinte, de acordo Bastos (2010), o Estado torna-se o grande protetor do patrimônio cultural de seu povo. Assim, além das tarefas de fiscalização e do estabelecimento de medidas legais de proteção, é importante o entendimento do Estado como incentivador, fomentador, definidor de referências técnicas de excelência, criador de oportunidades de acontecimento e financiamento, disseminador de métodos e ações de proteção, apoiando e orientando os agentes culturais, instituições e comunidades até mesmo para uma maior abrangência e eficiência de suas ações.

Sendo assim, o papel do Estado é de fundamental importância, não só por sua contribuição financeira, mas como incentivador da disseminação do pensamento de proteção ao patrimônio. No entanto, são poucas as políticas do Estado voltadas para a proteção dessas edificações. De tal maneira que o patrimônio fica

ausente da maioria das políticas públicas de planejamento físico – territorial e dos planos de gestão municipal, o patrimônio foi sendo tratado como questão de responsabilidade do Estado ou da União, divorciado do planejamento das cidades, visto apenas sob o enfoque do desenvolvimento econômico ou simplesmente ignorado (SANTOS, 2001, p. 45)

No entanto, independente do olhar tido para este patrimônio, como sendo ou não para se transformar em atrativo turístico, o mesmo deve ser preservado, podendo assim, ser revertido para o uso da população. De tal maneira, que essas edificações não se tornem um fardo para os órgãos de proteção ao patrimônio e/ou

sejam transformadas em algo distante do cotidiano dos moradores, deixando os habitantes alheios aos benefícios que essas edificações podem trazer. Corrobora-se desta forma que

[...] Essa alienação se configura na materialidade dos objetos introduzidos nesses espaços e nas barreiras materiais e imateriais que os separam de seu entorno, bem como pelo tipo de uso do território a que eles induzem, ou seja, especialmente concentrador, do ponto de vista da infra-estrutura e dos fluxos de pessoas que por esses espaços devem circular [...]. (CRUZ, 2000, p.147)

Analisando tal questão, verifica-se a importância da adaptação desses espaços ao cotidiano da população e não somente à questão puramente turística, sendo necessária a interação dos moradores na esfera do desenvolvimento do turismo que se pretende ter no local.

Partindo desta perspectiva, da mesma forma que os patrimônios podem ganhar visibilidade com o aparato turístico, o mesmo pode vir a “desaparecer” em virtude de outras formas de propor o turismo em determinado local, sendo este, não apenas de cunho cultural, como também, da oferta de lazer como bares, restaurantes, boates dentre outros, fazendo assim, referência a boemia da cidade.

## 2.5 BOEMIA

Tomando por base a vida noturna de cidades com potencial turístico, identifica-se a variedade de atrativos que se é oferecido a quem deseja mais do que conhecer a parte cultural do local, como também, ao que ela pode oferecer como lazer noturno. Por conseguinte, torna-se interessante a reflexão sobre essa questão, considerando as noites nas cidades culturalmente conhecidas, para as quais, já está surgindo outra forma de se ter o turismo.

Em vista disso, é curioso saber a origem do termo “boemia”, assim, segundo Nunes; Seigel (1992) apud Mendes (?) é um fenômeno social e literário que teve lugar em diversos pontos do planeta e em diferentes épocas. O termo diz respeito àqueles artistas que se reconhecem como tais, que procuram definir seus valores em contraposição aos da burguesia e para os quais a arte desempenha papel fundamental. Refere-se, pois, ao estilo de vida especial, identificável, surgido no século XIX, nas décadas de 1830 e 1840 na França, tornado popular especialmente a partir das histórias de Henri Murger (1822-1861), que dramatiza o cotidiano de um grupo de intelectuais boêmios na Paris daquele tempo.

No parágrafo anterior, evidencia-se que o termo usado hoje, referente ao boêmio distorce de sua real origem, nada tem a ver com noites de embriaguez, de pessoas sem nenhum tipo de formação cultural. Todavia, o que fica claro, é que há um saudosismo referente aos verdadeiros boêmios, e assim, fantasiam-se pretendentes a tal cargo, que, no entanto, ficam aquém de como realmente se comportavam os verdadeiros boêmios.

Diante de tal situação, a ideia que se tem hoje parece se configurar mais com a denominação de Bondaczuk (2004, p.?) que o termo boêmio traz consigo, de imediato, a idéia de dissolução, de irresponsabilidade, de vícios, de noites de embriaguez e, por conseqüência, de dias de ócio, para curar a ressaca. Durante muito tempo, essa expressão foi utilizada como atribuição aos indivíduos que não eram “muito responsáveis”. Pessoas sem regras ou disciplina, incapazes de parar em qualquer emprego ou de constituir e sustentar família.

Essa constatação sobre indivíduos que não têm, ou não querem ter, nenhuma responsabilidade sobre as questões referentes à vida, num primeiro momento, se expõe como disseminadora de certa verdade, referindo-se aos tempos atuais. Todavia, qualquer generalização não deve ser feita. Porém, a lógica que se

apresenta coincide com a reflexão feita por Bondaczuk (2004, p.?), pois, se levarmos em conta que há lugares em que o seu patrimônio arquitetônico fica a margem de qualquer atenção devido às animações oferecidas pela noite do local, se confirma uma forte tendência às mudanças culturais dos boêmios do século XIX, os quais buscavam a ruptura com o sistema através da arte e não o distanciamento da responsabilidade.

Ainda assim, quando se pensa no boêmio como uma pessoa que viva da arte, que se interesse por qualquer manifestação cultural, arquitetônica, musical, poética, dentre outras, talvez, os patrimônios edificados fossem observados como fonte rica da história e não figurassem apenas como construções velhas que somem em meio às noites de boemia.

Deste modo, quando se pensa em cidades como Salvador, que tem potencial arquitetônico considerável, além de suas noites sempre movimentadas, principalmente em alguns bairros, como o do Rio Vermelho, têm-se a afirmação de como a boemia, como é tida hoje, pode interferir na valorização dessas edificações.

### 3 O BAIRRO DO RIO VERMELHO

A necessidade de conhecer sua história, de se sentir parte dela, é fator indispensável para o respeito ao legado histórico, pois, a inserção feita através da interação da população local com os patrimônios arquitetônicos existentes ao seu redor, contribui para o fortalecimento de suas raízes, de seu orgulho para com os mesmos. De tal maneira, torna-se relevante conhecer o passado partindo dos fatos ocorridos com os antepassados que aportaram em Salvador. Portanto, desponta-se a necessidade de conhecer a história da capital baiana, como também, do objeto em estudo, o bairro do Rio Vermelho.

#### 3.1 HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR

Situada em uma península na Baía de Todos os Santos, a história da capital do estado da Bahia começa antes mesmo do descobrimento do Brasil, quando a terra ainda era habitada por índios Tupinambás. Esses indígenas, segundo Risério (2004, p. 25), não constituíam uma população autóctone e nem se sabe precisamente em que época eles invadiram e dominaram a região. Contudo, foram os primeiros a nomearem o local de *Kiry muré Paraguaçu* e que mais tarde seria chamada de Salvador pelos portugueses.

Assim, em 1510 ou 1511, não se sabe ao certo, Diogo Álvares Corrêa que destinava-se às Índias, termina naufragando na Baía de Todos os Santos, sendo ele, o único a sobreviver. É acolhido pelos índios e apelidado de “Caramuru” (enguia ou cobra do mar na língua indígena).

Diogo Álvares conquista a confiança dos índios e casa-se com a filha do cacique Taparica, a Paraguaçu, que mais tarde é batizada na França com o nome de Catherine. É deles que surge o primeiro núcleo de povoamento da Baía de Todos os Santos, localizando-se entre o bairro da Graça e a Vitória, e que, alguns historiadores acreditam, foi chamado de Salvador por ser no calendário católico dia do São Salvador.

Deste modo, Caramuru, acaba por ser considerado um patriarca. Sua prole foi tão numerosa que Gregório de Matos o chamou de "Adão de Massapê". A miscigenação, hoje traço marcante da cidade, tem aí seu início.

No entanto, a região foi encontrada oficialmente pelos portugueses em finais de 1501, na viagem de uma esquadilha explorada que o rei D. Manoel, dito “o Venturoso”, endereçara aos nossos trópicos, ainda no calor das primeiras informações cabralinas. (RISÉRIO, 2004, p. 52).

Todavia, Portugal pouco estava interessado com o que se passava por aqui, pois não tendo encontrado metais preciosos como a Espanha em suas colônias, ocupava-se com o ainda rentável comércio de especiarias da Índia. Apenas com a ameaça dos recém-formados estados nacionais da França, Inglaterra e Holanda, que, por ter sido tardia, ficaram de fora do tratado que dividia o mundo entre os países ibéricos.

De tal maneira, Portugal decide ocupar a colônia, para evitar a perda. D. João III, monarca português, divide, então, o Brasil em capitanias hereditárias, medida colonizadora mais adequada para a situação. Assim, reduzia os investimentos diretos da coroa, já que cabia ao donatário zelar pela defesa e geração de riqueza explorável na colônia e, evidentemente, pagar imposto. Dessa forma,

[...] as terras que hoje pertencem ao Estado da Bahia foram então divididas em três capitanias: a da Bahia de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho; a de Ilhéus, entregue a Jorge de Figueiredo Correia; e a de Porto Seguro, que coube a Pero do Campo Tourinho. (RISÉRIO, 2004, p. 75)

Logo, Caramuru funde as vilas que passam à denominação geral de Vila Velha, em contraposição à cidade posteriormente fundada. Todavia, a falta de recursos para investimentos, segurança e o isolamento das capitanias entre si foram fatores que se somaram definindo o fracasso das mesmas. Além disso, D. João, também preocupado com o poder absoluto dos donatários em suas capitanias e desconfiado da sonegação dos impostos, implanta um governo geral que pudesse centralizar os interesses da coroa, de tal caso, que a família de Pereira Coutinho, não querendo dar continuidade ao empreendimento, vende a capitania a Portugal, onde, então, fundaria a sede do governo geral. A idéia de D. João era fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em lugar conveniente. O encarregado da missão era Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, que chega aqui em 1549, no dia 29 de março, data oficial do nascimento da capital baiana.

Nos primeiros dias, sua tripulação ocupou a Vila Velha (liderada por Caramuru), povoado pouco próspero e cuja localização parece não ter agradado Tomé de Souza, que veio a estabelecer a primeira cidade do Brasil, onde hoje é a Praça Municipal.

Nos primeiros anos após a sua fundação, Salvador povoava-se lentamente. Além dos índios que já viviam aqui, começavam a chegar muitos colonos portugueses, agricultores, comerciantes, funcionários do reino, e até degredados. Também chegaram escravos trazidos da África para serem vendidos em Salvador. Só não chegavam mulheres brancas. (SILVA, 2005, p. 24)

Com o passar dos anos, o local foi ganhando contornos de cidade, as suas ruas foram se delineando a ponto de começarem a aparecer às primeiras localidades que iam se distinguindo por determinadas circunstâncias. Assim, com o aparecimento dos bairros, e a preocupação com a construção das estruturas, não somente no que diz respeito à forma de planejamento, como também, com a beleza que as mesmas apresentariam que,

entre os séculos XVII e XVIII, a arquitetura de Salvador vive sua fase monumental, transição do estilo renascentista para o barroco. Nesse período se constroem os principais palácios e solares. As ordens religiosas erguem luxuosas igrejas e conventos, como a Igreja dos jesuítas, hoje Catedral de Salvador, Igreja e Convento de São Francisco, Igreja do Carmo, Igreja e Convento de Santa Tereza e Igreja e Mosteiro de São Bento. (MACHADO, 2010, p.31)

Portanto, torna-se interessante analisar que não só a história encarregou-se de “construir” a cidade de Salvador, mas que a mesma teve ajuda – nada despretensiosa – de imigrantes que viram em terras recém-descobertas, certa riqueza, assim sendo,

... a criação da cidade da Bahia foi um gesto intelectual e não o arranjo mais ou menos espontâneo de pessoas se agregando gradualmente num determinado sítio. Cidade concebida intelectualmente para responder às exigências da colonização, cidade planejada para direcionar o processo colonizador, ela não foi produto de um passado, mas plano – e sonho – de um futuro. (RISÉRIO, 2004, p. 86).

Portanto, a capital baiana é fruto de interesses de diversos povos, de história rica em cultura e diversidade, que perante caminhos trilhados - a uma direção até então desconhecida - se abriu para a descoberta de um mundo novo

perante tais aventureiros, que de forma indireta ou não, deram bases para o crescimento da primeira cidade do Brasil e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de seus bairros, os quais em algum momento se entrelaçaram na história de Salvador como parte intrínseca de momentos únicos do desenvolvimento da capital, como, por exemplo, a área do Rio Vermelho.

### 3.2 HISTÓRICO DO BAIRRO DO RIO VERMELHO

Ostentando vasta e rica tradição, a história do Rio Vermelho, o qual tem sua denominação provindo “da palavra Camorogipe ou Camarujipe (Camoro – Vermelho e Ipe – Rio), nome do rio que corta a região, também conhecido como o Rio das Tripas” (MAIA, 2001, p. (?)) antecede em quarenta anos à fundação da Cidade do Salvador. Foi descoberto de forma acidental, entre 1509-1511 – não se sabe ao certo - por Diogo Álvares Corrêa, tripulante de uma embarcação (francesa ou portuguesa) que naufragou junto ao Morro do Conselho, bem defronte ao atual Hotel Pestana.

Fotografia 1: Morro do Conselho nos anos 40 e em 2005.



Fonte: Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, 2011.

O jovem (português para uns e espanhol para outros) conseguiu chegar à Pedra da Concha, uma pequena ilha rochosa ao lado do Morro do Conselho, frontal à foz do Camorogipe, na Enseada da Mariquita, que segundo Rocha (2009) os índios se referiam ao local em que moravam Mairagiquiig (navio francês naufragado, na linguagem deles) e a aldeia do Rio Vermelho era chamada de Mairyqui (lugar de franceses). Daí, o nome do Largo da Mariquita, que se tem até hoje.

Assim, escondido na Pedra da Concha, segundo Filho (2009, p.20)

[...] Diogo teve tempo de preparar a estratégia de defesa e sobrevivência. Finalmente quando foi avistado pelos índios, imediatamente usou o bacamarte para desferir certo tiro numa gaivota em pleno vôo. Espantados, pois desconheciam aquela engenhoca barulhenta, fogueira e mortífera, os nativos começaram a exclamar: “Caramuru! Caramuru! Caramuru! [...]”.

No entanto, vale a pena ressaltar as controvérsias referentes ao significado dado à denominação de Caramuru pelos índios Tupinambás a Diogo Álvares. Há estudiosos que afirmam que tal alcunha signifique moréia, por ter saído do mar com as roupas molhadas grudadas junto ao corpo; outros, sustentam a idéia de que no momento em que iria ser atacado pelos índios, o naufrago atirou “[...] de arcabuz que teria espantado, seduzido e conquistado uma platéia de canibais. Mas essa proeza não passa de uma invenção do jesuíta Simão de Vasconcellos, nos meados do século XVII” (RISÉRIO, 2004, p. 57). Todavia, o significado do nome ficou atrelado a “filho do trovão”, como também, a quem diga que signifique “o homem que cospe fogo”, “dragão saindo do mar”. Portanto, não há um consenso referente ao que realmente signifique Caramuru.

Diogo Álvares transformado num autêntico “cacique branco” dos tupinambás, pois conforme Risério (2004, p. 69) “vivia entre os índios e bem ao modo dos mesmos, sem, no entanto, abandonar as suas ligações com o mundo europeu através dos civilizados que por aqui apareciam frequentemente”. De tal maneira, Caramuru possibilitou o surgimento, na Mariquita, da chamada “Aldeia dos Franceses”, um entreposto de escambo do pau-brasil com aventureiros franceses, isso sem haver nenhuma fixação desses forasteiros na região.

A fixação desses imigrantes somente ocorreria com o assentamento de currais de gado e armações para pesca, numa sesmaria doada pelo primeiro governador-geral da Colônia, Thomé de Souza, que em 29 de março de 1549 fundou a Cidade do Salvador com a ajuda de Caramuru. Este, já estava residindo numa povoação onde ele construiu uma ermida, atual Igreja de Nossa Senhora da Graça, local onde foi celebrada a primeira missa da cidade, e onde se encontram os restos mortais de sua esposa, Catherine ou Catarina Paraguassu.

Seguindo a linha histórica, em julho de 1604, sob o comando de Paul Wan Caardem, uma esquadra holandesa veio atacar Salvador pela segunda vez e tentou estabelecer uma cabeça de ponte no Rio Vermelho. Em decorrência das condições do mar revolto e pela reação da guarnição militar que aí se encontrava instalada, os

holandeses desistiram do arraial e se dirigiram à Baía de Todos os Santos, onde foram repelidos e impedidos de desembarcarem.

Referindo-se a essa questão, Cid Teixeira (2008) aponta que “... altos investimentos foram feitos pela Companhia das Índias Ocidentais através do seu Conselho dos Dezenove para a tomada da cidade do Salvador”. Esta esquadra, a holandesa, chega aqui a 08 de abril de 1624. Toma a cidade sem muita briga, pois o sistema de fortificações de Salvador foi construído à base da Baía de Todos os Santos. Assim, a Aldeia do Rio Vermelho acabou servindo de abrigo, durante a invasão holandesa, para a população da cidade.

A efetiva ocupação do Rio Vermelho pelo colonizador português se deu de forma muito lenta. A povoação não passava de um rude arrabalde, habitado basicamente por pescadores, com núcleos nos portos da Mariquita e Santana. O primeiro oferecia um abrigo seguro durante os períodos do mar agitado. As embarcações adentravam o Camorogipe (evolução de Camoroipe) e ficavam aportadas no leito do rio. Mais tarde, quando a Capitania dos Portos ordenou as colônias de pesca no litoral baiano, a do Rio Vermelho, por ser a mais antiga, foi batizada como Z-1 (designação que perdura até os dias atuais), com sede no porto de Santana.

No século XIX, o antigo aldeamento dos índios e dos pescadores ganhou fama de possuir “águas milagrosas”. Pessoas de diversas procedências chegavam atraídas pelos banhos de sal nas “águas medicinais” do mar do Rio Vermelho que, segundo crença da época, curavam até beribéri.

De “estação de cura” para recanto preferencial do veraneio das famílias ricas foi um pulo. Corrobora-se que

um dos costumes mais cultivados pelas famílias abastadas de Salvador era o veraneio. As localidades periféricas eram o Rio Vermelho, o arrabalde mais próximo da cidade, servido por duas linhas de bondes: o Rio Vermelho de cima, que ia pelo Garcia, e o Rio Vermelho de Baixo, que seguia pela Avenida Vasco da Gama. (ARAÚJO, 1999, p. 61).

Com o passar dos anos, esta região ganhou uma população fixa que foi se estabelecendo e desenvolvendo. Isso se deveria à prática do veraneio na região e, de tal maneira, foi preciso o incremento de transportes que facilitassem o deslocamento dos moradores. Assim,

o comendador e cônsul da Dinamarca, Teodoro Teixeira Gomes, conseguiu construir a estrada de ferro de Rio Vermelho. A linha começava no Campo Grande, em frente à casa que pertenceria ao dr. Pacífico Pereira, e terminava no alto do Papagaio, no Rio Vermelho, subindo até o segundo arco. Tempos depois já fazia terminal na Mariquita. (NASCIMENTO, 1986, p. 49).

Segundo Jesus (2005), o bairro já demonstrava residências caracterizando o aparecimento de uma classe média. Os estilos arquitetônicos variavam do colonial português até o barroco. Ao lado do patrimônio edificado (refletido nos casarões e Igrejas) e da beleza natural, o bairro também guarda as tradicionais festas populares, originadas no início de século XX. Hoje, bastante conhecidas nacionalmente e internacionalmente pela mistura da fé entre o catolicismo e o culto afro brasileiro. Tanto é, que a festa em homenagem a Iemanjá, comemorado em 2 de fevereiro, reúne grande número de adeptos do candomblé, como também católicos que vão entregar suas oferendas à “Rainha do Mar”.

Conforme Maia (2001), a ideia de homenagear um dos símbolos do Candomblé veio da cabeça de um pescador, chamado Alípio. Uma irmandade da Igreja de Santana, composta por pescadores e operários, era responsável pela organização de festas e procissões. Com a crescente adesão dos brancos às festas, os pescadores achavam que as comemorações tradicionais estavam se modificando, perdendo a essência. Foi quando Alípio teve a idéia de ressurgir os ideais das velhas festas e foi instituído o 2 de fevereiro como o dia de Nossa Senhora de Candeias, para ofertar presentes a Iemanjá, a “Mãe D’água”.

Fotografia 2: Homenagem a Iemanjá.



Fonte: <http://www.salvadorbahiaBrasil.com/salvador-da-bahia/tag/lemanja>, 2011.

Fotografia 3: Dia 2 de fevereiro tem festa no mar.



Fonte: Algarra, 2010.

As questões relativas à história do bairro do Rio Vermelho, suas manifestações religiosas, culturais, seus moradores ilustres, como o escritor Jorge Amado e sua esposa Zélia Gattai, Mário Cravo, Caribé, dentre outros, contribuem para o fascínio exercido por essa região a quem visita. Todavia, seus patrimônios arquitetônicos fortalecem a identidade do bairro, impondo-se como disseminadores históricos das épocas passadas.

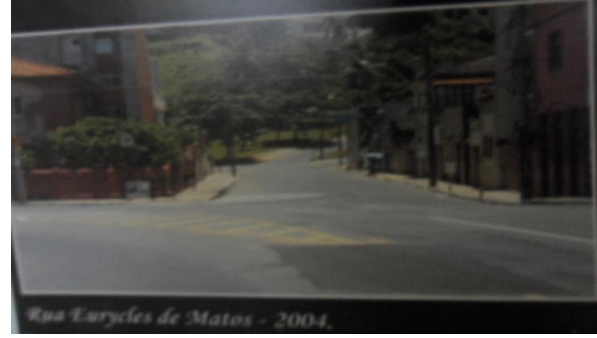
### 3.3 PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DO BAIRRO DO RIO VERMELHO

A história de um local pode ser contada através de sua música, comida, dança, mas, principalmente, por sua arquitetura. Esta última demonstra suas diferentes épocas, concepções e percepções dos momentos de determinado período. De tal maneira, seus patrimônios, os que resistem ao tempo e à ação humana, têm a missão de passar a história para aqueles que não viveram a época de construção desses monumentos.

Partindo para o bairro do Rio Vermelho, o mesmo ainda conserva em suas ruas alguns dos muitos casarões, sobrados e palacetes que serviam de residência às famílias tradicionais do bairro. Dentre as principais estão:

[...] Alexandre Gusmão, Almirante Barroso e Eurícles de Matos, na Paciência; o Largo de Santana, Ladeira do Papagaio, Praça Colombo, e as ruas Eurícles de Matos (parte final), Guedes Cabral, Borges dos Reis e João Gomes, em Santana; o Largo da Mariquita e as ruas do Meio, Odilon Santos, Marquês de Monte Santo e Osvaldo Cruz na Mariquita [...]. (FILHO, 1991, p. 65)

Fotografia 4: Rua Eurícles (Eurycles) de Matos em 1960 e 2004.



Fonte: Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, 2011.

Fotografia 5: Rua Odilon Santos, antiga Rua Direita da Mariquita em 1960 e em 2004.



Fonte: Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, 2011.

As ruas que foram citadas acima se encontram em núcleos, sendo os mais conhecidos, o da Paciência, formando um dos locais mais antigos do bairro, onde estavam estabelecidas algumas das famílias mais tradicionais do Rio Vermelho; Santana, que funcionava como uma espécie de capital do Rio Vermelho, tendo em vista que neste setor se encontravam a Igreja Matriz de Santana, os correios, a Subdelegacia de Polícia e o Cine Rio Vermelho; Mariquita, área residencial também antiga, onde ficavam as instalações da Fábrica de Papel da Bahia, e os terminais dos transportes coletivos; Parque Cruz Aguiar, que ficava no local onde existiu o Derby Club (hipódromo), o Rio Vermelho de Tênis e vários campos de futebol; O Ipase (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado), que até o início dos anos sessenta, se constituía num setor totalmente residencial, não dispondo de equipamento comercial ou de serviços.

Diante da exposição do que se encontravam nos principais núcleos do Rio Vermelho, é interessante listar alguns nomes de casarões, sobrados e palacetes de algumas famílias tradicionais que ali moravam. Assim sendo, segundo Filho (1991) podemos citar a Casa Avenida Saudável que fica no Largo de Santana nº6, na Ladeira do Papagaio; Palacete Adolpho Moreira que fica na Rua Monte

Conselho; Casa Rosales, na Rua Marquês de Monte Santo; Palacete Odilon Santos na Praça Colombo; Casa Branca e outra casa residencial, mais conhecida como Casa Rosa, também na Praça Colombo; Casa de Zozô Maia, encravada num quarteirão, com fachada voltada para a Praça Colombo, laterais para as ruas João Gomes e Borges dos Reis e fundo para uma travessa sem nome, que faz ligação entre duas ruas; Casa dos Loureiro, fica na rua Borges dos Reis; Casa dos Dultra, na Rua Almerinda Dultra, esquina com a João Gomes; Vila Violeta, Rua João Gomes; Palacete Gonzaga, Rua João Gomes; Sobrado do Instituto Santana, Rua João Gomes, esquina com o Beco de Santana; Casa do Azulejo, Rua Guedes Cabral; Sobrado da Pastelaria, Largo de Santana, esquina Travessa Santana; Sobrado de Astério, Largo de Santana; Casa da Esquina, imóvel com entrada residencial voltada para a Ladeira do Papagaio, mas com fachada principal abrindo-se para o Largo de Santana; Casarão da Medalha Milagrosa, na Travessa Lídio Mesquita; casa do Dr. Flaviano, Rua Eurícles de Matos; Casarão da Paciência.

Figura 6: Palacete Odilon Santos na década de 30 e em 2011.



Fontes: Biblioteca Juracy Magalhães Júnior; Almeida, 2011.

Fotografia 7: Casa Residencial na Praça Colombo (mais conhecida como a Casa Rosa) na década de 30 e em 2011.



Fontes: Biblioteca Juracy Magalhães Júnior; Almeida, 2011.

É bom salientar que todas estas edificações, têm um significado para quem viveu e/ou conviveu com os seus moradores, assim, seria exaustivo relatar a história de todos. Contudo, destaca-se a Casa da Esquina, localizada na Ladeira do Papagaio que, segundo alguns estudiosos, é a construção mais antiga do bairro depois da Igreja de Santana. Porém, não se sabe ao certo a data de construção desta casa. A indicação que se tem é a de que ela tenha sido construída em 1852, mas como este imóvel passou por melhorias, não se sabe ao certo se a data é a de construção ou da reforma, portanto, a dúvida continua.

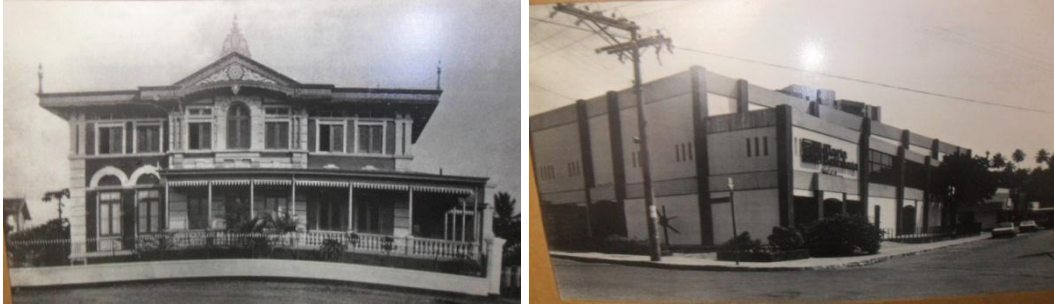
A partir da listagem de casarões, sobrados e palacetes que foram citados a pouco, começa a se ter a ideia da quantidade de patrimônios arquitetônicos existentes no Rio Vermelho. E de como o crescimento do local, principalmente ao longo dos anos 1960 (quando chegaram os primeiros agentes transformadores da fisionomia urbanística do bairro), fez com que estas edificações comesçassem a perder espaço. No entanto, foi a partir dos anos 1970 que

[...] a vertiginosa ocupação horizontal exterminou todas as áreas verdes significativas e o crescimento vertical, além de alterar profundamente a fisionomia urbana, determinou o abate indiscriminatório de dezenas de casas e majestosos casarões. Como conseqüência de tudo isto, inúmeras famílias tradicionais, que, de geração a geração, possuíam raízes profundamente fincadas na história do bairro, emigraram. (FILHO, 1991, p.32)

Com o crescimento do Bairro do Rio Vermelho, muitas construções arquitetônicas foram derrubadas para dar espaço às novas edificações. Temos como exemplo, o Palacete Alfredo Magalhães que foi demolido para dar lugar ao Cine Teatro Maria Bethânia; Palacete Catharino; Sobrado dos Taboada (onde morou

por muito tempo o artista Caribé); Palacete Lacerda, que foi demolido para permitir o alargamento da Rua Eurícles de Matos; Palacete do Dr. Tancredo; Palacete do Manoel Devoto; Casa de Carlos Bastos; Solar da Chácara Lucaia; Vila Clara.

Fotografia 8: Palacete Alfredo Magalhães, destruído para dar lugar ao Cine Maria Bethânia.



Fonte: Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, 2011.

É válido ressaltar que a demolição dos casarões da Paciência se deu nos anos 1970 na gestão do então prefeito Antônio Carlos Magalhães, o mesmo que impediu a derrubada da Igrejinha do Largo de Sant'Ana. O que leva a crer, que não foi uma atitude que representasse o real interesse de conservação do patrimônio arquitetônico, e sim, de cunho político.

Assim, segundo Filho (1991, p.65), “[...] quiseram derrubar a velha igreja. Foi salva graças a um movimento liderado por Jorge Amado, Caribé, Jenner Augusto e Mário Cravo, que apelaram para o então prefeito Antônio Carlos Magalhães, que evitou o abate [...]”. Foi esta manifestação de artistas, é bom deixar claro, com o apoio de alguns moradores do bairro, que contribuiu para que um dos pontos históricos do local se mantivesse de pé e não fosse demolido como os casarões da Paciência, contribuindo para que a história do local não fosse enterrada pela síndrome do crescimento.

Entretanto,

[...] os modernistas acham que ela deve sair dali e no seu lugar a prefeitura faria um bonito jardim. Porém os conservadores, os intelectuais, os jornalistas, os artistas, os primitivos do Rio Vermelho, como eu e muitos outros, achamos que a igrejinha não deve ser demolida, pois é mais um patrimônio histórico que a Bahia vai perder, porque a Igrejinha do Rio Vermelho tem as suas tradições e história. (LOPES, 1984, p.46)

Figura 9: Igreja de Santana a antiga e a nova sede.



Figura 9: Igreja de Santana a antiga e a nova sede. Fonte: Almeida, 2011.

Em suma, a valorização dessas construções simboliza o respeito ao passado dos cidadãos que contribuíram para a formação da identidade e caracterização desse espaço. No entanto, esse respeito aos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho veio depois de muitos casarões, sobrados, palacetes e igrejas serem derrubados. Corrobora-se que, “o bairro do Rio Vermelho [...] sofreu modificações profundas em sua estrutura paisagística.” (BAHIA. Assessoria de Projetos Especiais da Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988, p.19).

Hoje, o bairro ainda conserva alguns casarões e a Igreja de Santana. No entanto, os primeiros não servem, em sua grande maioria, como morada, e sim, como restaurantes, lojas, bares, dentre outros usos, o que de certa forma é significativo, pois estes espaços não ficam ociosos. Por outro lado, estes patrimônios acabam sofrendo modificações no seu interior para melhor satisfazer as necessidades comerciais. O segundo, a igreja, que atualmente é o Centro Social Monsenhor Amilcar Marques que atende jovens carentes, com aulas de artesanato e capoeira, fica deslocado em meio à boemia que toma conta do Largo de Santana, contribuindo desta maneira, para o exercício do esquecimento dos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho.

Fotografia 10: A atendente do serviço social prestado na antiga sede da Igreja de Santana.



Fonte: Almeida, 2011.

Fotografia 11: Estabelecimentos comerciais que ficam próximos a Igreja de Santana.



Fonte: Almeida, 2011.

### 3.4 INFLUÊNCIA DA BOEMIA NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DO BAIRRO DO RIO VERMELHO

É notável a quantidade de estabelecimentos encontrados no bairro do Rio Vermelho e de como estes, em sua maioria bares e restaurantes, se expandiram pelo local. Segundo o Site Food Brasil (2009), que é um guia no qual os donos de restaurantes e bares se cadastram para divulgarem seus estabelecimentos comerciais, o Rio Vermelho tem em torno de 67 casas comerciais, incluindo boates, pizzaria, churrascaria, lancheria, cafeteria, temakeria.

Alguns destes comércios funcionam em casarões antigos do Rio Vermelho como, por exemplo, a Colombo Pizzaria que fica na Praça Colombo no Largo da Mariquita. O que se percebe, é que os freqüentadores não estão preocupados com a história do patrimônio, e, muitas vezes, não prestam atenção no monumento em si, o que levam em consideração, é a decoração do ambiente, e não o real valor da edificação. Além do que, alguns destes patrimônios arquitetônicos acabam sendo modificados por dentro para ganhar mais espaço. O que sobra de

original é a fachada, quando são tombados, porque nem as cores lembram as pinturas que os casarões tinham.

Fotografia 12: Estabelecimento comercial na Praça Colombo.



Fonte: Almeida, 2011.

É justo considerar que, com os estabelecimentos comerciais funcionando nesses patrimônios arquitetônicos, os mesmos acabam ganhando alguma utilidade. No entanto, o que se nota é que esses patrimônios perdem sua real identidade e acabam sendo reformulados de acordo as necessidades comerciais.

Assim, segundo Choay (2001, p. 236) o uso residencial é o menos comprometedor para a conservação do bem além de ser o mais adequado à sua conservação. No entanto, pode-se complementar o pensamento de Choay com a argumentação de Dias (2005, p.12), que diz que o uso residencial pode e deve estar associado às atividades de lazer, comércio e serviço. A junção destes usos compõe um ambiente rico e vivo que dialoga com a cidade contemporânea.

E é esse diálogo que deve acontecer entre a boêmia e a valorização dos patrimônios arquitetônicos existentes no Rio Vermelho, pois um acaba se apoiando no outro para sobreviver. Enquanto a boemia se utiliza da arquitetura antiga das edificações para se promover, dando um ar pitoresco ao estabelecimento, os patrimônios arquitetônicos se vêem amparados na manutenção de sua edificação, mesmo que esse amparo não tenha nenhuma relação com o pensamento puro de conservação de um bem histórico.

O que se defende, não é o isolamento destas construções da continuidade cultural que vem se estabelecendo no Rio Vermelho, mas sim, o reconhecimento desses patrimônios arquitetônicos do bairro como formadores de uma história, de uma cultura, e não como um amontoado de casas antigas, que só servem para fins comerciais.

Por mais que tenham inúmeras opções de lazer noturno no local, as edificações existentes no bairro não podem ficar esquecidas, pois, quando os frequentadores vão ao bairro do Rio Vermelho, o que eles mais querem é ver, e serem vistos frequentando o espaço tão conhecido. Esse pensamento de ser visto como forma de agregar valor a si próprio, pode vir a ser uma ferramenta eficaz no complemento à conservação desses monumentos, já que um lugar bem cuidado se torna uma motivação a mais para os donos e, conseqüentemente para a manutenção do local, como também, de sua história, pois, além de se modificar a estrutura do patrimônio, acaba por se mudar até o seu nome, como por exemplo, o Largo de Santana, hoje, mais conhecido como Largo de Dinha (baiana de acarajé).

A integração dos frequentadores do Rio Vermelho com os patrimônios arquitetônicos deve ser entendida como uma forma viável de inclusão com o cotidiano do bairro, de maneira a unir o útil, que seria a percepção efetiva das construções, com o agradável que, no caso, se detém como sendo a boemia que o local tem.

## 4. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada para obter as informações que respondessem aos objetivos gerais e específicos estabelecidos no projeto de pesquisa, utilizando como objeto de estudo a boemia e o patrimônio arquitetônico do Rio Vermelho. Para tanto, foram realizadas observações diretas sobre os patrimônios arquitetônicos do bairro e a ação da boemia sobre eles. Além disso, entrevista com a associação de moradores do Rio Vermelho, apêndice A e aplicação de questionários, apêndice B, com os frequentadores do local. O intuito foi perceber a visão de todos estes a respeito da influência da boemia sobre o patrimônio arquitetônico do Rio Vermelho e confrontar as ideias para se obter uma resposta mais clara e precisa.

### 4.1 QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS FREQUENTADORES DO BAIRRO DO RIO VERMELHO

Sair da rotina e aproveitar o final de semana é algo corriqueiro no cotidiano de muitas pessoas. Por isso, muitas procuram lugares que sejam animados, que ofereçam opções de lazer. E, no caso em estudo, o bairro do Rio Vermelho em Salvador se torna um forte candidato quando o assunto é oferta de entretenimento. O mesmo tem número considerável de bares, restaurantes e conta também com teatro, sendo que muitas destas opções estão instaladas em construções antigas, o que deixa o bairro mais simpático e boêmio.

Diante disso, compreender a influência da boemia sobre o patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho implica em analisar se há influência da boemia na valorização ou degradação das edificações do local; se os frequentadores prestam atenção nas construções antigas do bairro ou se é a boemia que salta aos olhos quando o assunto é o Rio Vermelho; e o ponto de vista destes acerca da temática boemia x patrimônio arquitetônico.

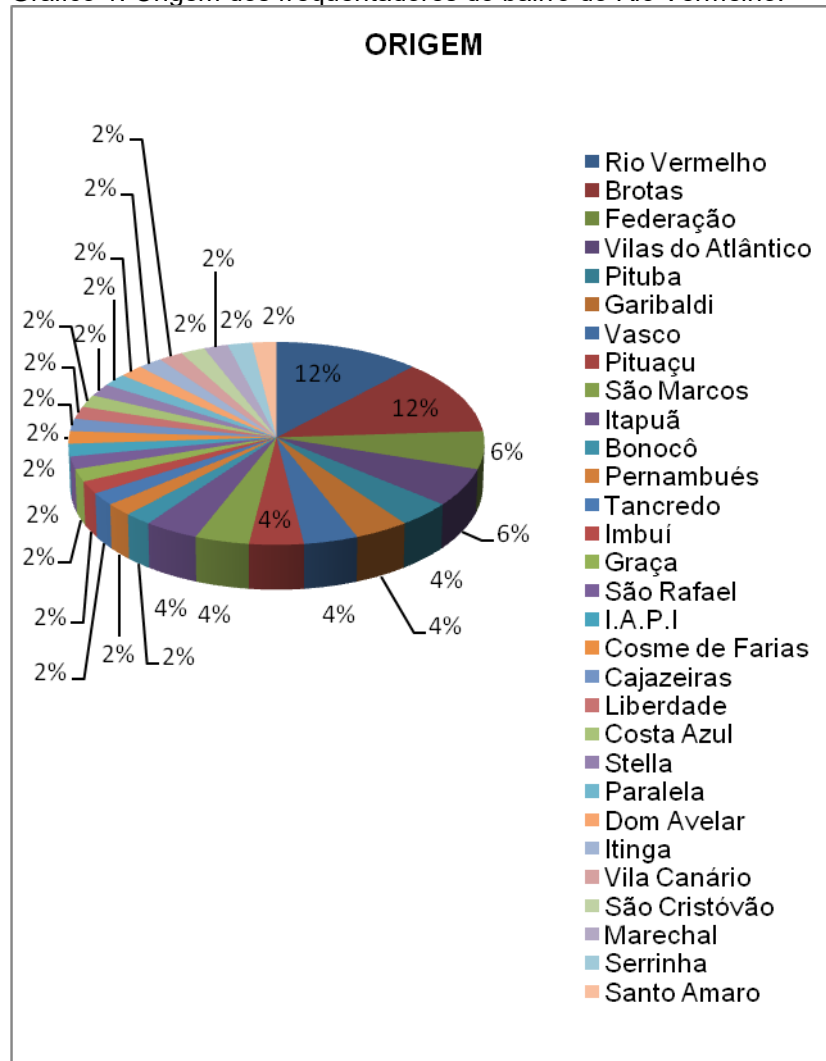
Os resultados dos questionários estão apresentados em gráficos e, a partir destes, foi realizada uma análise tomando-se por base as referências estudadas e as informações coletadas na observação e aplicação dos mesmos.

A aplicação dos cinquenta questionários com os frequentadores do bairro do Rio Vermelho ocorreu no mês de janeiro em quatro dias da semana, segunda, quarta, sexta e sábado e em horários diferentes, pois o que pareceu fácil a princípio

tornou-se exaustivo no decorrer da pesquisa, visto que houve resistência não só dos frequentadores soteropolitanos, como também dos turistas, em responder as perguntas. Não foram aplicados questionários com turistas, pois os que foram abordados não quiseram responder.

No tocante ao perfil dos respondentes, como demonstra o gráfico 1, doze por cento das questões foram respondidas por moradores do Rio Vermelho que desfrutam da vida noturna do próprio bairro, outros doze por cento são de moradores do bairro de Brotas, seis por cento do bairro da Federação e Vilas do Atlântico, quatro por cento são dos bairros da Pituba, Garibaldi, Vasco, Pituaçu, São Marcos, Itapuã, os dois por cento são da Bonocô, Pernambués, Tancredo, Imbuí, Graça, São Rafael, I.A.P.I, Cosme de Farias, Cajazeiras, Liberdade, Costa Azul, Stella, Paralela, Dom Avelar, Itinga, Vila Canário, São Cristóvão, Marechal, além dos dois visitantes de Serrinha e Santo Amaro.

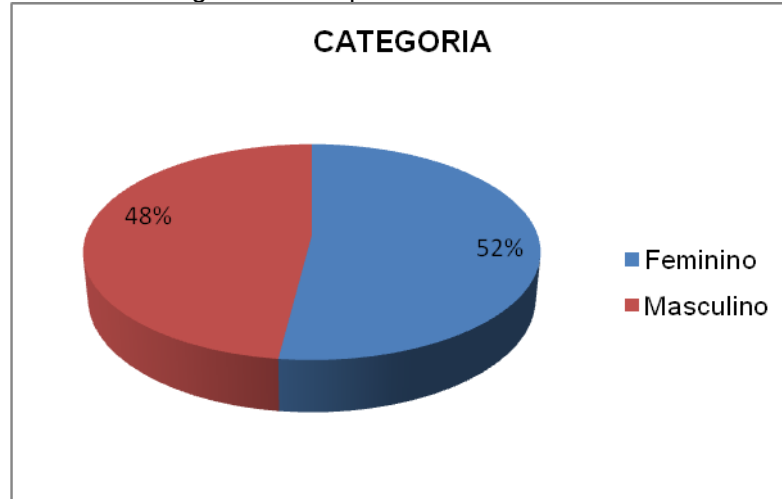
Gráfico 1: Origem dos frequentadores do bairro do Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

No quesito Categoria (gráfico 2), a maioria dos frequentadores se configuram como sendo do sexo feminino, sendo sua porcentagem de cinquenta e dois por cento, enquanto do sexo masculino, é de quarenta e oito por cento.

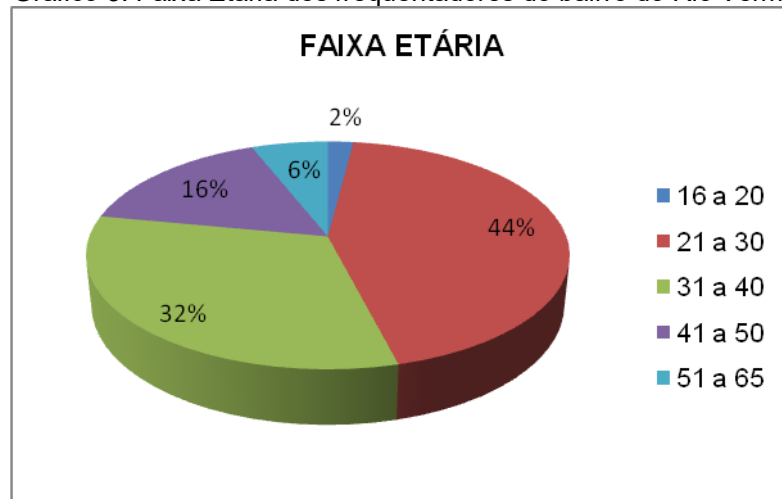
Gráfico 2: Categoria dos frequentadores do bairro do Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Em relação à faixa etária (gráfico 3), verifica-se que a maioria dos frequentadores, quarenta e quatro por cento tem entre vinte e um a trinta anos, logo em seguida, os de trinta e um a quarenta anos com trinta e dois por cento, os de quarenta e um a cinquenta com dezesseis por cento, de cinquenta e um a sessenta e cinco seis por cento, e com a minoria os de dezesseis a vinte anos com dois por cento.

Gráfico 3: Faixa Etária dos frequentadores do bairro do Rio Vermelho.

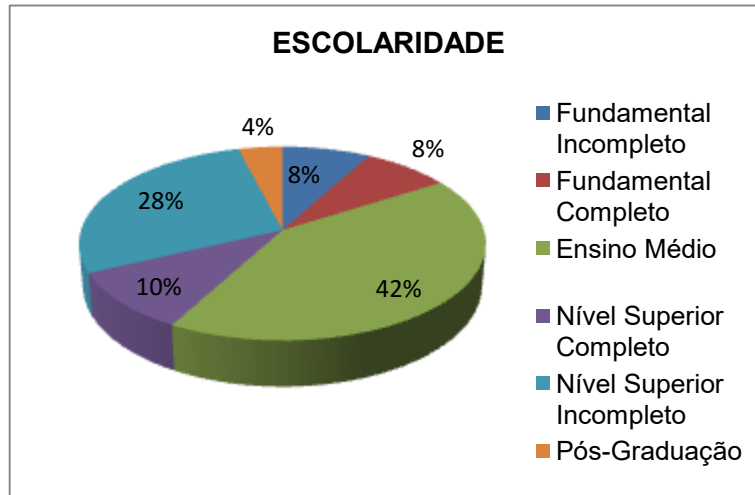


Elaboração: Almeida, 2012.

Referente à escolaridade (gráfico 4), quarenta e dois por cento tem o ensino médio, vinte e oito por cento nível superior incompleto, dez por cento nível superior completo, oito por cento tem o ensino fundamental completo e outros oito

por cento tem o ensino fundamental incompleto e quatro por cento tem pós-graduação.

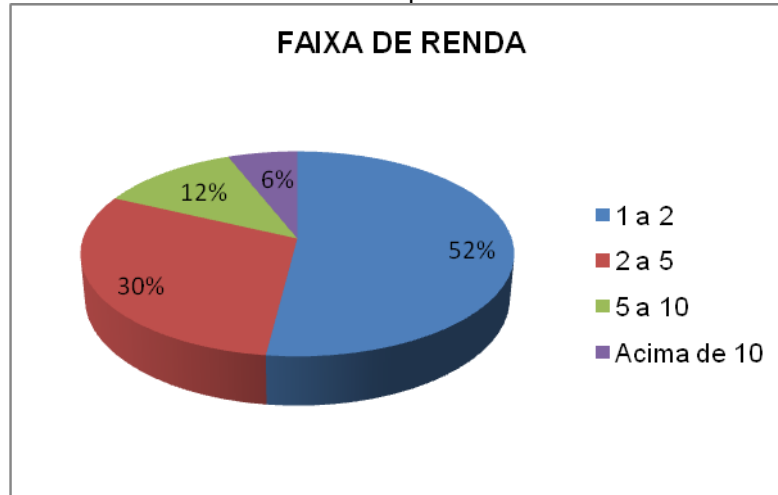
Gráfico 4: Escolaridade dos frequentadores do bairro do Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Já a renda (gráfico 5), aponta que cinquenta e dois por cento recebe de um a dois salários mínimos, trinta por cento de dois a cinco salários, doze por cento de cinco a dez e seis por cento acima de 10 salários mínimos.

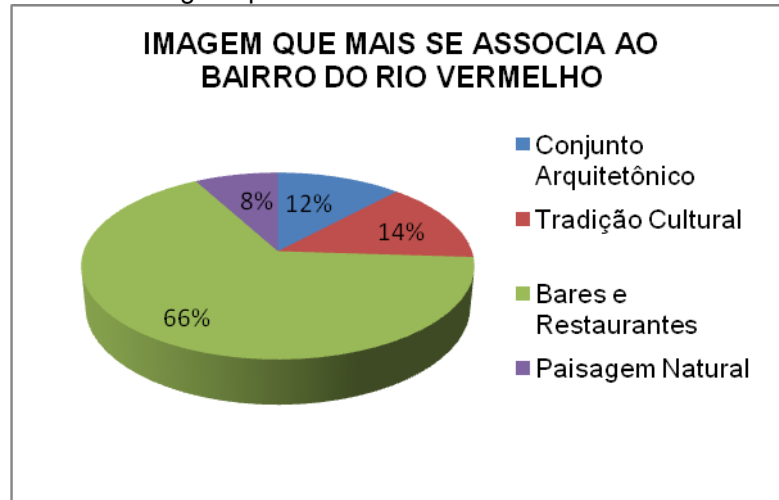
Gráfico 5: Faixa de renda dos frequentadores do bairro do Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

No que diz respeito à imagem que os frequentadores mais associam ao bairro do Rio Vermelho (gráfico 6), sessenta e seis por cento associam a imagem do local aos bares e restaurantes, quatorze por cento à tradição cultural, doze por cento ao conjunto arquitetônico e oito por cento à paisagem natural.

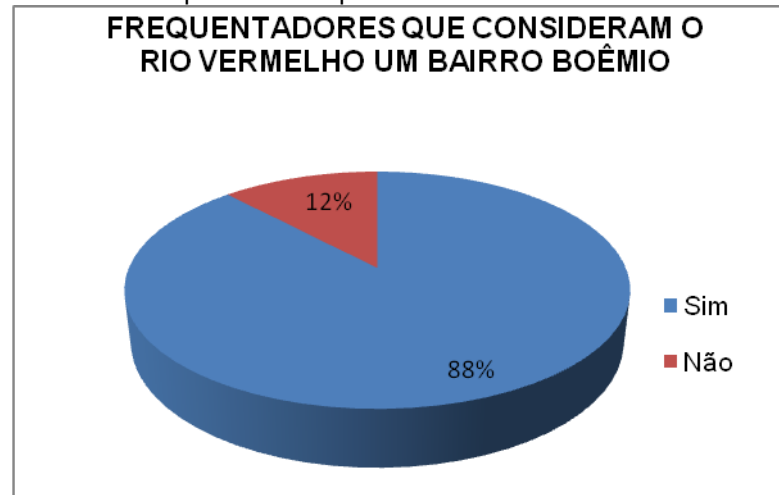
Gráfico 6: Imagem que mais se associa ao bairro do Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Partindo para o gráfico 7, que informa se os frequentadores consideram o Rio Vermelho um bairro boêmio, oitenta e oito por cento confirmam que o bairro é boêmio e doze por cento dos que responderam dizem não considerar o Rio Vermelho um local boêmio.

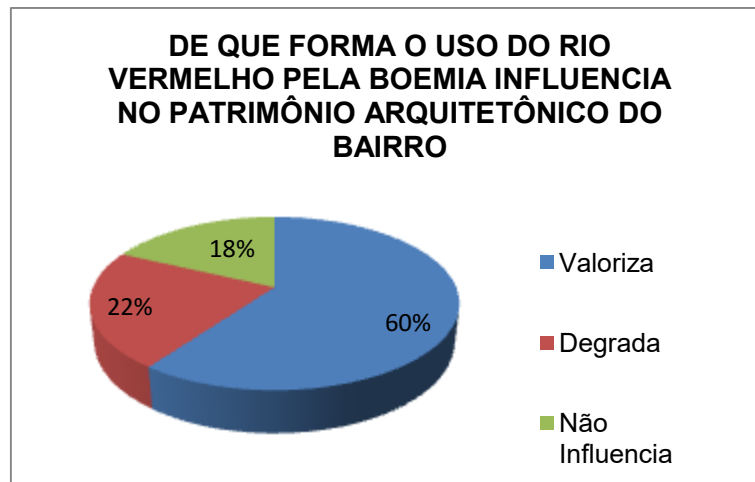
Gráfico 7: Frequentadores que consideram o Rio Vermelho um bairro boêmio.



Elaboração: Almeida, 2012.

No gráfico 8, ao serem questionados de que forma o uso do Rio Vermelho pela boemia influencia no patrimônio arquitetônico do bairro, sessenta por cento dos entrevistados acreditam que a boemia valoriza as edificações, vinte e dois por cento acreditam que degrada e dezoito por cento acham que não influencia.

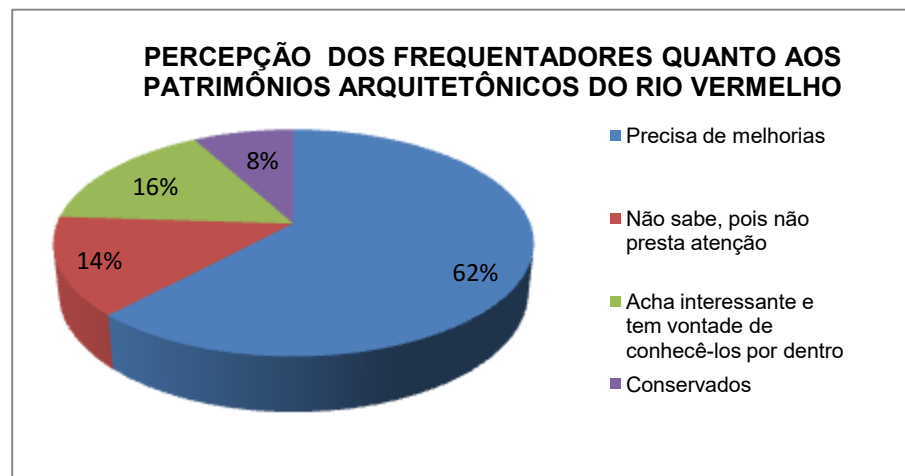
Gráfico 8: De que forma o uso do Rio Vermelho pela boemia influencia no patrimônio arquitetônico do bairro.



Elaboração: Almeida, 2012.

Quanto ao que os frequentadores acham dos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho (gráfico 9), concluiu-se que sessenta e dois por cento acham que os patrimônios precisam de melhorias, quatorze por cento não sabem, pois não prestam atenção, dezesseis por cento acham interessante e tem vontade de conhecê-los por dentro e oito por cento consideram conservados os patrimônios.

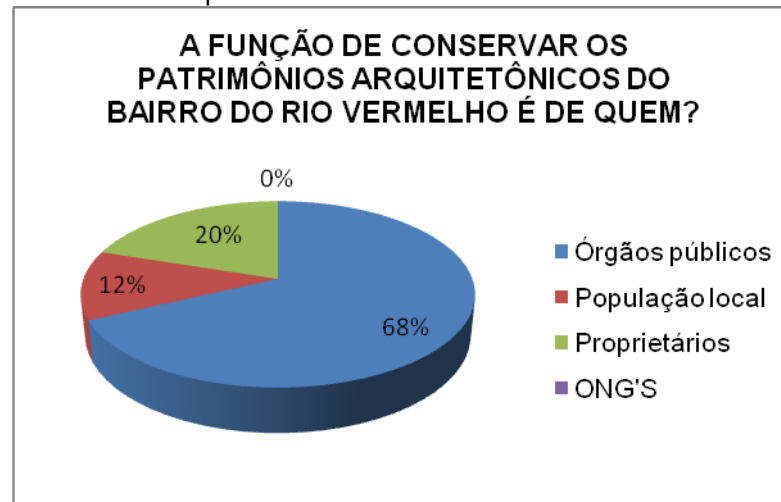
Gráfico 9: Percepção dos frequentadores quanto aos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Sobre a função de conservar os patrimônios arquitetônicos do bairro do Rio Vermelho, demonstrado no gráfico 10, sessenta e oito por cento acham que a responsabilidade em conservar as edificações é de órgãos públicos, vinte por cento de proprietários, doze por cento da população local e ninguém responsabilizou as ONG's como responsáveis da conservação dos mesmos.

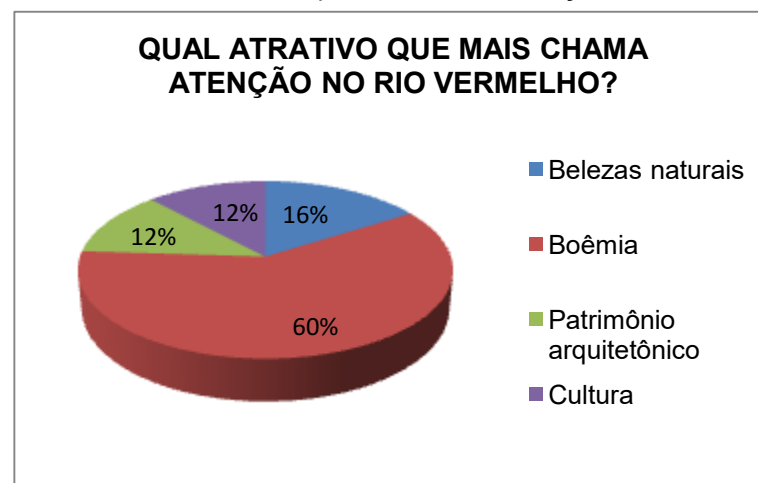
Gráfico 10: A função de conservar os patrimônios arquitetônicos do bairro do Rio Vermelho é de quem?



Elaboração: Almeida, 2012.

Sobre qual atrativo chama mais atenção no Rio Vermelho (gráfico 11), sessenta por cento afirmam ser a boemia, dezesseis por cento as belezas naturais, doze por cento o patrimônio arquitetônico e outros doze por cento afirmam ser a cultura.

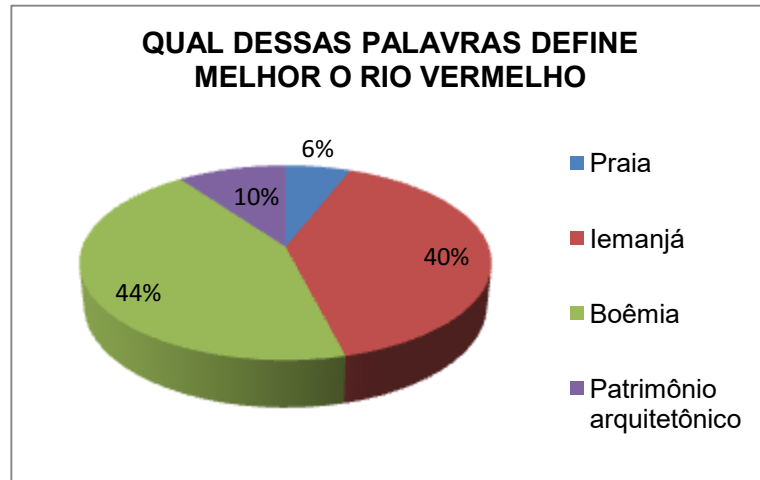
Gráfico: 11. Qual atrativo que mais chama atenção no Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

No gráfico 12, quando perguntado sobre qual dessas palavras define melhor o Rio Vermelho, quarenta e quatro por cento acreditam ser a boemia, quarenta por cento lemanjá, dez por cento patrimônio arquitetônico e seis por cento a praia.

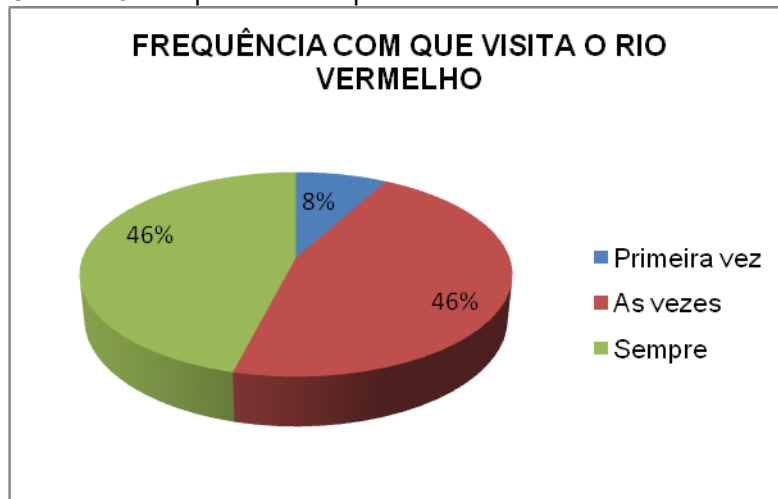
Gráfico 12: Qual dessas palavras define melhor o Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Referente à frequência com que se visita o bairro (gráfico 13), comprovase que quarenta e seis por cento vai às vezes ao Rio Vermelho, outros quarenta e seis por cento vai sempre e oito por cento era a primeira vez que estava indo ao bairro.

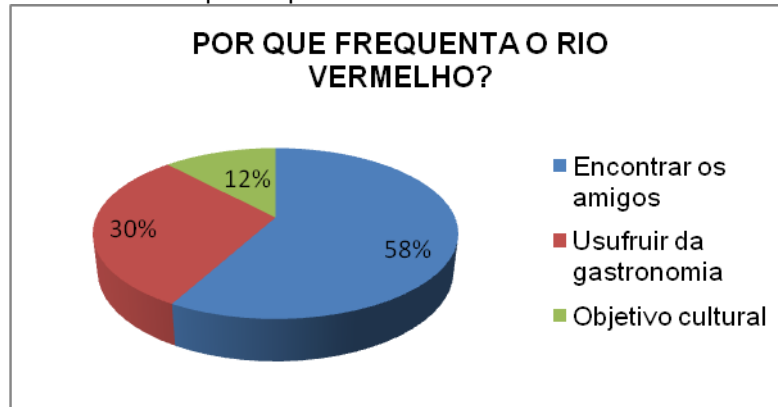
Gráfico 13: Frequência com que visita o Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Sobre os motivos que levam a frequentar o Rio Vermelho (gráfico 14), cinquenta e oito por cento afirmam que é para encontrar os amigos, trinta por cento usufruir da gastronomia e doze por cento vai por motivos culturais.

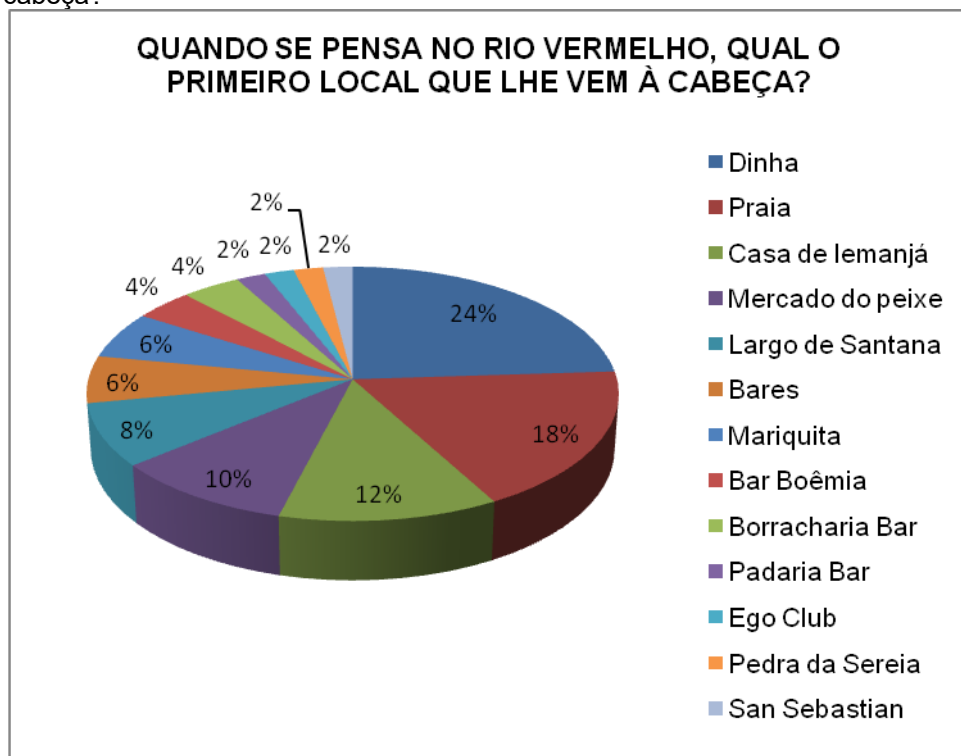
Gráfico 14: Por que frequenta o Rio Vermelho.



Elaboração: Almeida, 2012.

Por fim, a última questão foi: quando se pensa no Rio Vermelho, qual o primeiro local que lhe vem à cabeça? É válido ressaltar que essa pergunta foi aberta. Assim, no gráfico 15, vinte e quatro por cento afirmam ser Dinha; dezoito por cento praia; doze por cento Casa de Iemanjá; dez por cento Mercado do Peixe; oito por cento Largo de Santana; seis por cento bares; outros seis por cento, Mariquita; quatro por cento Bar Boêmia; outros quatro por cento Borracharia Bar; dois por cento Padaria Bar; dois por cento Ego Club; dois por cento Pedra da Sereia; e mais dois por cento a San Sebastian.

Gráfico 15: Quando se pensa no Rio Vermelho, qual o primeiro local que lhe vem à cabeça?



Elaboração: Almeida, 2012.

## 4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS COM OS FREQUENTADORES DO RIO VERMELHO

Partindo para a aplicação das perguntas, o questionário foi composto por 15 questões, as quais discorriam sobre a temática da boemia x patrimônio arquitetônico do Rio Vermelho e, assim, foi observado que a origem dos frequentadores do local é bem diversificada. Isso pode se dever ao fato de que muitos dos que responderam às perguntas se encontravam em grupos, no entanto, apenas um ou dois se habilitavam a responder. Por esse motivo, pode ter surgido tamanha diversificação de bairros.

Referente à categoria, a maioria feminina, se deve ao fato de que elas se mostraram mais receptivas em responder as perguntas. Além do que, hoje, as mulheres parecem estar mais a vontade para escolherem lugares que sejam um pouco mais distantes de sua residência sem precisarem da companhia masculina.

No quesito faixa etária, os jovens de 21 a 30 anos aparecem como os que mais frequentam o Rio Vermelho e isso se deve a quantidade de bares, restaurantes, boates que o bairro oferece, dispondo para esses jovens as opções desejadas para que eles continuem frequentando o local.

A faixa de renda ficou em torno de 1 a 2 salários mínimos, o que vem comprovar que a maioria é composta por jovens que frequentam o bairro e que ainda estão se estabilizando financeiramente.

No que se refere à imagem que mais se associa ao bairro do Rio Vermelho, a maioria afirma serem os bares e restaurantes as imagens que mais representariam o local. E, de fato, há uma quantidade considerável de estabelecimentos comerciais no Rio Vermelho, tornando-se um chamativo para aqueles que desejam uma variedade de opções no mesmo lugar.

Quando perguntados se consideravam o Rio Vermelho um bairro boêmio a maioria respondeu que sim, e muitos afirmavam que não teriam como dissociar o bairro da vida noturna oferecida pelo mesmo.

Um ponto que chamou a atenção foi a questão em que foi perguntado: de que forma o uso do Rio Vermelho pela boemia influencia no patrimônio arquitetônico do bairro? A maioria respondeu que a vida noturna do Rio Vermelho valorizava as construções do bairro. Todavia, na pergunta seguinte, quando inquiridos sobre o que eles achavam dos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho, trinta e um por cento

dos frequentadores responderam que os mesmos precisavam de melhorias. E este é o ponto que se tem a contradição. Ao mesmo tempo em que dizem que a boemia valoriza as edificações, os mesmos frequentadores afirmam que estas construções precisam de melhorias. Talvez a questão se cerceie num ponto, a vida noturna do Rio Vermelho valoriza o bairro e não o seu patrimônio. Muitos dos que responderam, argumentaram sobre o abandono dos casarões e as modificações feitas nas propriedades tanto fisicamente como nas cores. Isso indica a preocupação (mesmo que não tenha sido de cem por cento da população) dos frequentadores com o patrimônio do bairro.

No que diz respeito a quem pertence à função de conservar os patrimônios arquitetônicos do bairro do Rio Vermelho, a maioria considerou que os órgãos públicos deveriam cuidar dessas edificações. A questão é que a população ainda não se deu conta de que não adianta ter a manutenção desses patrimônios se a própria população não conservar. É válido ressaltar que há frequentadores, como foi citado a pouco, que se preocupam com a conservação das edificações. No entanto, é preciso que mais pessoas passem a ter tal concepção, e que parem de achar que fazer suas necessidades fisiológicas no cantinho da igreja ou de um casarão qualquer não irá prejudicar a estrutura. A curto prazo pode ser que não ocorra nada, a não ser o mau cheiro, mas a longo prazo, com outras pessoas fazendo a mesma coisa, podem vir a pôr em perigo a estrutura destes patrimônios.

Outra questão abordada foi o atrativo que mais chama atenção no Rio Vermelho. A boemia foi considerada o ponto chave do bairro, apesar do local contar com outras formas de lazer noturno. A boemia (hoje, voltada para bares, boates e restaurantes) é o que leva as pessoas ao Rio Vermelho diariamente, com movimentação maior nos finais de semana.

A boemia é apontada em outra questão como sendo a palavra que melhor define o bairro. Todavia, lemanjá também se destacou entre as respostas. Assim, essa lembrança sobre lemanjá pode ter ocorrido porque a aplicação dos questionários foi feita próximo ao mês de fevereiro, mês da Mãe D'Água, como muitos a conhecem. Contudo, como há uma questão religiosa bastante forte em Salvador não é de se espantar que se lembrassem de lemanjá.

Com relação à frequência com que visitam o bairro, a maioria afirma que vai às vezes ao bairro. No entanto, muitos dos que responderam ao questionário

eram moradores do Rio Vermelho, portanto, foi constatado que mesmo morando em um local boêmio os moradores nem sempre desfrutam do que o bairro oferece.

No quesito relacionado ao motivo pelo qual frequenta o Rio Vermelho, a maioria respondeu que vai até o bairro para encontrar os amigos já que no local oferece de tudo um pouco. Assim, querendo ou não, acaba por agradar a quem quer apenas sentar e conversar, dançar, escutar música ao vivo, dentre outros.

Por fim, quando questionados qual o primeiro local que lhe vem à cabeça quando se pensa no Rio Vermelho, a maioria respondeu que seria o Largo de Dinha. No entanto, um fato curioso chama atenção. Muitos dos que responderam os questionários colocaram como sendo o Largo de Santana o primeiro local que lhes vem à cabeça. Portanto, é o mesmo lugar, mas com designações diferentes. O que se percebe é que o Largo de Santana não é mais da santa, e sim, de Dinha, a baiana de acarajé, alicerçando dessa maneira, outra identidade ao bairro.

#### 4.3 A PERCEPÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO RIO VERMELHO

Para levantar informações a cerca do que os moradores acham da influência da boemia sobre o patrimônio arquitetônico do bairro do Rio Vermelho em Salvador, foi realizada uma entrevista com o senhor José Carlos que é síndico da rua onde mora, cujo nome não foi informado pelo entrevistado.

O primeiro contato foi feito inicialmente com o senhor Antônio, que pediu que entrasse em contato com o senhor Emerson. Todavia, como o contato não foi conseguido, a Associação de Moradores do Rio Vermelho passou o número de telefone do senhor José Carlos que se dispôs responder o questionário. Foi estruturado um roteiro com perguntas previamente estabelecidas e as mesmas foram enviadas por e-mail, deixando claro que ele poderia dissertar da forma que quisesse sobre cada quesito. A entrevista foi passada na íntegra.

Perguntado sobre qual a imagem que mais se associa ao bairro do Rio Vermelho, o senhor José Carlos considera que são os bares e restaurantes, pois é o que mais existe no bairro. As casas com belas fachadas, conforme ele disse, estão sendo desmontadas.

Questionado se ele considera o Rio Vermelho um bairro boêmio, ele disse que não, porque a maioria dos bares são de péssima qualidade, como quase tudo

nesta terra. Segundo o entrevistado: “Acho o nome boêmio inadequado para o Rio Vermelho, melhor usar um adjetivo de menor quilate”.

Sobre se a forma do uso do Rio Vermelho pela boemia influencia no Patrimônio Arquitetônico do bairro, o mesmo afirma que quem degrada é a política utilizada, não os usuários.

Quando perguntado sobre que ele acha dos patrimônios arquitetônicos do Rio Vermelho, José Carlos afirma que estes precisam de melhorias. Para ele, o governo não cuida de nada nesta terra, logo não cuidaria do Patrimônio Arquitetônico. “Aliás, eles são os primeiros a acabar tudo,” afirmou o entrevistado.

Em relação à função de conservar os patrimônios arquitetônicos do bairro do Rio Vermelho? O entrevistado considera que cabe aos órgãos públicos e ele acha que os impostos são para isto. Mas lamenta que “aqui são pra bancar a corrupção”.

Inquirido sobre qual atrativo que mais chama a atenção no Rio Vermelho, José Carlos não marcou nenhuma das opções. Preferiu comentar que, para ele, o que mais chama a atenção é somente viver engarrafado e “os babacas (da prefeitura) não fazem nada”.

No outro quesito, qual das palavras define melhor o Rio Vermelho (praia, lemanjá, boemia ou patrimônio arquitetônico), ele respondeu que nenhuma. Ele acha que engarrafamento define melhor.

Em seguida foi perguntado: quando se pensa no Rio Vermelho, qual o primeiro local que lhe vem à cabeça? “Quando estou de carro, o próximo bairro, pois significa que já saí do engarrafamento. Quando estou em casa, minha janela que tem uma vista linda. O resto, para mim é um lixo pelo abandono”.

Perguntado se ele acha que falta incentivos governamentais para a melhoria e uso dos patrimônios arquitetônicos de forma social como, por exemplo, projetos para jovens de baixa renda e uso desses patrimônios pela população local, ele acredita que sim, sem sombra de dúvidas. “Falta tudo no governo, só sobra ladrão e malandragem”.

As perguntas seguintes questionavam se o entrevistado acha que a população do Rio Vermelho se identifica com os patrimônios arquitetônicos existentes no bairro? Eles sabem da história dessas construções? Sr. José acha que na maioria não. “Afinal o que é feito para isto?”, questiona.

No último quesito, quando perguntado se ele acredita que a visão que é tida do Rio Vermelho, como sendo boêmio, atrapalha ou contribui para a melhoria do bairro e se a população ganha ou perde com isso; o mesmo foi taxativo, respondendo que se fosse bem feito não mudaria nada.

## 5 CONCLUSÃO

A proteção ao patrimônio arquitetônico vem ganhando espaço em todo mundo, visto que os mesmos contribuem para o fortalecimento da identidade do local, como também, se bem conservados, servem como fonte de riqueza para a região que desenvolve o turismo cultural.

A conscientização por parte da população é que vem acontecendo em passos mais lentos. Ainda não se tem de fato uma correlação de sentimentos entre cidadãos e patrimônio arquitetônico. O que parece é que ambos são distantes e não convergem para o mesmo ponto que é a história que se tem em comum.

Somado a isso, o apelo de empresários em busca de algo novo para os seus estabelecimentos transformam esses patrimônios arquitetônicos em adornos para terem um diferencial no seu empreendimento. Além disso, este se torna um chamativo a mais para atrair o turista e, assim, essas edificações perdem suas cores, alguns espaços e, em troca, adquirem o direito de continuarem de pé.

As políticas públicas pouco fazem para reverter à situação pela qual os patrimônios arquitetônicos vêm passando. Essas edificações pouco mobilizam os órgãos competentes, no sentido de terem medidas mais efetivas de proteção ao patrimônio.

A boemia, por sua vez, se tornou o ponto no qual essas construções podem se apoiar. É a base de sustentação da história do bairro do Rio Vermelho, no sentido em que, se há utilidade para estes patrimônios arquitetônicos, então, há chance de vida para os mesmos.

A questão se torna ampla e discutível quando se percebe que o Rio Vermelho passa por um processo de esquecimento histórico. Os frequentadores afirmam que as construções arquitetônicas precisam de melhorias, mas quem garante que antes de serem perguntados sobre o assunto os mesmos frequentadores vinham prestando atenção nessa questão? A pesquisa deixa claro que ninguém vai ao bairro para admirar a parte histórica do Rio Vermelho, aliás, muitos não sabem que o Largo de Dinha, na verdade, é o Largo de Santana.

A pesquisa não se põe contra a boemia do Rio Vermelho, mas sim, como ela vem sendo feita hoje. É tudo caro e nem sempre de tão boa qualidade. Não há correlação entre a verdadeira boemia, que era algo muito mais intelectualizado, com o que se apresenta hoje, bares lotados e necessidades fisiológicas feitas na rua. Os

verdadeiros boêmios se afastaram do bairro, o que ficou foi o saudosismo do que era o local.

O turismo cultural que poderia ser desenvolvido com maior ênfase no Rio Vermelho, aproveitando muitas das edificações que, em sua maioria, só servem como estabelecimentos comerciais. Estas poderiam ser aproveitadas como locais para apresentações teatrais, concertos musicais, espetáculos de dança e outras manifestações culturais que valorizassem a cultura soteropolitana, atraindo assim, turistas interessados em conhecer outro lado da boemia do bairro.

O patrimônio arquitetônico se isola. A antiga Igreja de Santana em certos momentos como nos finais de semana, por exemplo, parece não fazer parte do Rio Vermelho. É como se ela tivesse sido colocada por alguém ali, e esse alguém tivesse esquecido de buscá-la.

Assim, a inquietação era de responder a seguinte pergunta: a boemia praticada pelos visitantes do Rio Vermelho influencia na preservação do patrimônio arquitetônico do bairro?

Referente à hipótese que norteou a pesquisa que o valor que foi agregado ao bairro do Rio Vermelho como sendo boêmio, pode ter influenciado o surgimento de uma percepção avulsa dos patrimônios arquitetônicos existentes nessa região, deixando-os em via de regra, como molduras para o local aprazível que o bairro se tornou, e isso pode se dever ao fato do bairro ter sido no passado um local de veraneio das famílias ricas de Salvador, e que mais tarde, com o crescimento da cidade, passou a ser frequentado por outras classes sociais e mais a frente por figura conhecidas do povo baiano, como o escrito Jorge Amado e sua esposa.

Com a pesquisa, verificou-se que os frequentadores garantem que os cuidados para com as edificações são dos órgãos públicos, eles se eximem de qualquer responsabilidade diante a conservação dos patrimônios. Talvez, o motivo de tal constatação se deva por esses frequentadores não se sentirem responsáveis por algo que eles não tenham participação, não só no sentido financeiro, como também, social. A questão patrimonial ainda impõe limites a quem não conhece a história dos mesmos.

O que acontece com os patrimônios do Rio Vermelho é que, como muitos se transformaram em bares e restaurantes em sua maioria caros, já que o bairro é considerado de classe média, alguns frequentadores não se sentem à vontade para frequentá-los. É como se houvesse uma barreira que impedisse tal acesso e a

história pode explicar essa falta de compatibilidade entre patrimônio e frequentador, já que o bairro sempre foi reduto das classes mais abastadas de Salvador.

Hoje, o bairro tem um apelo grande de visitantes que vão até o local, todavia, os pontos com um número considerável de pessoas se concentram entre os Largos de Santana e Mariquita, não por acaso, pois são os pontos mais populares, tanto no que diz respeito aos frequentadores, como também, de preços.

Em vista do exposto, esta pesquisa pode influenciar futuros estudos na área de patrimônio arquitetônico, com o objetivo de enriquecer a bibliografia acerca desta questão e influenciar não só estudiosos do tema, como também a população a se interessar mais sobre sua história, a importância de se manter de pé a sua identidade. Trata-se de um estudo que pretende proporcionar uma reflexão científica a respeito da relação patrimônio, boemia e população local, propondo novas interpretações a cerca desse assunto.

Deste modo, a boemia, se praticada de outra maneira por quem vai ao Rio Vermelho, pode tornar-se uma ferramenta valiosa para o incremento e proteção ao patrimônio arquitetônico do bairro, valorizando as construções de forma mais efetiva, como por exemplo, dando preferência para os estabelecimentos que cuidem dos patrimônios sem fazer tantas modificações em sua estrutura, que se interessem pela história do local, que façam uma ligação do presente com o passado de um jeito a reforçar as memórias e a identidade da edificação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ubiratan Castro de (org). **Salvador era assim**: memórias da cidade. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, 1999.

BADARÓ, Rui Aurélio de L. **O Direito do Turismo através da história e sua evolução**, 2004. Disponível em: <<http://www.ibcdtur.org.br/downloads/DireitoDoTurismoHist.pdf>>A>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BAHIA. Assessoria de Projetos Especiais da Fundação Cultural do Estado da Bahia. **Rio Vermelho/Projeto História dos Bairros de Salvador**. n.1. 1988.

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. – Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BONDACZUK, Pedro J. **Tempos de Boêmia**, 2004. Disponível em: <<http://www.planetanews.com/news/2004/10266>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur) . **Turismo Cultural**, 2011. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/estruturacao\\_segmentos/turismo\\_cultural.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html)> Acesso em: 14 jul. 2010.

BASTOS, Paulo R. da S. **O Patrimônio Histórico no Brasil e o projeto Modernista**: a política de preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro, 2010. Disponível em: < <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/o-patrimonio-historico-no-brasil-e-o-projeto-modernista-a-politica-de-preservacao-do-patrimonio-historico-brasileiro-2237092.html>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

CAVALCANTE, Laís; WAZLAWIK, William; CARÚS, Luciana. **História de Salvador**. Disponível em: < <http://www.salvador-bahia.tur.br/portugues/historia-de-salvador-bahia.htm>> Acesso em: 27 abr. 2011.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **Patrimônio Arquitetônico, Museu, Comunidade**: Elementos para o Turismo Cultural no Centro Histórico de São Paulo: IV Semin. TUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora. UNESP, 2001. 282 p.

Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). **Turismo**: Carta de Turismo Cultural. Disponível em:<<http://www.portaleducacao.com.br/turismohotelaria/artigos/4773/turismo-carta-de-turismo-cultural>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Adriana Fabre. **A Reutilização do Patrimônio Edificado como Mecanismo de Proteção**: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. Programa

de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/PÓSARQ. Disponível em: <[http://soniaa.arq.prof.ufsc.br/sonia/Mestrados\\_Defendidos/Adriana\\_Fabre\\_Dias/mestrado\\_adriana/Dissertacao.pdf](http://soniaa.arq.prof.ufsc.br/sonia/Mestrados_Defendidos/Adriana_Fabre_Dias/mestrado_adriana/Dissertacao.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2011.

DUTRA, Wagner Andrade Vieira. **Turismo é....**, 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>> Acesso em: 15 jul. 2011.

FILHO, Ubaldo Marques P. **Rio Vermelho**. Salvador: AMARV, 1991.

\_\_\_\_\_. **Diogo Álvares: o Caramuru**. Salvador: 2009.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Vermelho: de Caramuru à ACIRV**.

Disponível em: <<http://www.acirv.org/hp/revista.asp?id=4&tipo=geral>> Acesso em: 9 mai. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GALEFFI, Lígia Maria. **Patrimônio Edificado: um livro em forma de arquitetura**.

Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/downloads/arquivos/arquivo983/patrimonio%20edificado.pdf>>. Acesso: 17 dez. 2010.

GOMES, Maria E. **Patrimônio Cultural e Turismo**, 2007. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/patrimonio-cultural-turismo/patrimonio-cultural-turismo2.shtml#patrimniob>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

Food Brasil: **Guia de Restaurantes e Bares em Salvador**. 2009. Disponível em: <<http://www.foodbrasil.com.br/salvador/bairros/rio-vermelho.aspx>>. Acesso em: 04 set. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11.ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

JESUS, Maria das Graças Bispo de. **Abordagens geográficas a partir do resgate cultural e dinâmica sócio-espacial: o estudo do Bairro do Rio Vermelho**.

Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/21.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

LOPES, Licídio. **Rio Vermelho e suas tradições: memórias**. – Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

MACHADO, Jurema. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil – Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010**.

MAIA, Leonardo. **Rio Vermelho: Histórico, Boêmio, Cultural**, 2001. Disponível em: <<http://ibahia.globo.com/sosevenabahia/riovermelho.asp>>. Acesso em: 9 mai. 2011.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico.** História em revista, 2006. Disponível em: <[http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_10\\_ana\\_meira.pdf](http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf)>. Acesso em: 07 mai. 2010.

MENDES, Elton Nunes L. **O Rio de Janeiro no Fim do Século XIX:** Modernidade, Boemia e o Imaginário Republicano no Romance de Coelho Neto. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/16/O%20rio%20de%20janeiro%20no%20fim%20do%20s%C3%A9culo%20xix.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

MIRA, Rejane Silva. **A interpretação do patrimônio na Bahia:** um instrumento de desenvolvimento local através do turismo. Dissertação (mestrado) – em Análise Regional, 2006.

MURGUIA, Eduardo I. ; YASSUDA, Silvia N. **Patrimônio histórico-cultural:** critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. v.12, n.3, 2007. Disponível em: <[portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/148/15](http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/148/15)>. Acesso em 07 mai. 2010.

MURTA, Stela; ALBANO, Celina (org.). **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

.NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador;** Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX. Salvador, FCEBa. / EGBa., 1986.

NEVES, José Luis. **Características, usos e possibilidades** – Caderno de pesquisa em administração. São Paulo, V.1. Nº3. 2º Sem/1996.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento e organização.** 4 ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico O. **Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais.** Revista Intinerarium. Vol. I - 2008.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHA, Miriam de Sales Oliveira da. **O Caramuru,** 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/literatura1-artigos/o-caramuru-843256.html>>. Acesso em: 9 mai. 2011.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir:** o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; Pinski, Jaime (org.). Turismo e o patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Cecília R. **Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural,** 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8576.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2010.

SANTOS, Mariana Cuencas. **Propostas de Reformulação da Visita Monitorada e Criação de Material de Apoio Trilíngue ao Turista para o Theatro Municipal de São Paulo**. 2007. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=103>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

SILVA, Cecília Luz da. **A Cidade do Salvador nos seus 454 anos**. Salvador: EdUNEB, 2005.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS FREQUENTADORES DO  
BAIRRO DO RIO VERMELHO**

**APÊNDICE B – A PERCEPÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES  
DO RIO VERMELHO**

**APÊNDICE C – CARTA DE HOMOLOGAÇÃO PARA A BANCA**